



CV Handling

Privatização em fim de mandato: onde está a ética?

Empresa turca pede esclarecimentos

Págs. 2 e 3

Réveillon

Festas para todos os bolsos e gostos

Pág. 9,10 e 11

Eleições em 2026

Luta contra abstenção pode ser maior desafio

Pág. 4 e 6

Opinião

Sobre o tráfico de pessoas

Redy Lima

Págs. 14

in ETC

Promotor do Ano



Pág. 19

MANIFESTO EDITORIAL

Dando corpo ao estipulado no Artigo 30º, número 3, da Lei da Comunicação Social, (re)publicamos, de seguida, a íntegra do Manifesto Editorial do A NAÇÃO.

A NAÇÃO é um periódico independente, generalista, que cultiva a ética, investiga, problematiza os acontecimentos, pensa, reflecte e apresenta o país real e profundo, constituído pelo arquipélago e pelas diásporas espalhadas por esta aldeia global;

A NAÇÃO defende os direitos do consumidor, o desenvolvimento sustentado e equilibrado do país, a preservação e a conservação do Ambiente, o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;

A NAÇÃO é um mediador ao serviço da sociedade, que reflecte a realidade e o pluralismo social, político, cultural, económico, existentes em Cabo Verde;

A NAÇÃO é independente dos poderes políticos, dos grupos económicos, das organizações confessionais e sindicais, entre outros;

A NAÇÃO promove a cidadania activa, o diálogo inter-geracional e o respeito pelos direitos humanos, e cultiva os valores da justiça, do pluralismo, da democracia, e da igualdade e equidade de género;

A NAÇÃO fomenta a info-inclusão, encoraja a inovação e divulga as tecnologias de informação e de comunicação, rumo à construção da sociedade do conhecimento e de informação;

A NAÇÃO valoriza os quês e os porquês, a motivação e as consequências dos acontecimentos, em ordem a facilitar a compreensão aos leitores e a contribuir para a formação e a cimentação de uma massa crítica participante e activa;

A NAÇÃO denuncia e condena todas as formas de preconceito, bairrismo e discriminação, em virtude de condição social e/ou física, crença religiosa, convicção filosófica, cultural, étnica, racial, ou outras, contrapondo com os salutares valores e princípios da tolerância, solidariedade, verdade, e respeito pelos legítimos direitos individuais e colectivos;

A NAÇÃO fixa o contraditório como a sua regra de ouro, cultiva o rigor e recusa todas as formas e modos de sensacionalismo;

A NAÇÃO cultiva e defende o direito à honra, ao bom nome e à privacidade dos cidadãos, a par da protecção da infância e da adolescência, no marco do estabelecido na Constituição da República de Cabo Verde e das leis que regem a Comunicação Social; e

A NAÇÃO rejeita todas as formas de censura e da auto-censura, cumpre e exige o cumprimento das normas éticas e deontológicas dos jornalistas, das leis da República e do consagrado no seu Manual de Redacção.

Cidadela e Sede do Jornal A NAÇÃO (na Cidade da Praia), ao dia 01 do mês de Janeiro do ano de 2026.

A Direcção

CV Handling

Privatização em final de mandato gera questionamentos éticos e de transparência



Segundo o anúncio feito pelo Governo, a Swissport (Suíça) é a vencedora da terceira fase do concurso internacional para a privatização de 51% da CV Handling (CV Handling), empresa de assistência aos sete aeroportos e aeródromos de Cabo Verde e que as negociações serão fechadas dentro de dois meses.

Esta não seria a primeira privatização feita por um Governo do MpD em pleno período eleitoral, neste caso, pré-eleitoral, porquanto a privatização da Cabo Verde Telecom, em 1995, foi feita precisamente no dia das eleições legislativas, um facto até hoje apontado como exemplo de falta de ética e

A escassos meses das eleições legislativas de 2026, o Governo resolveu fechar o processo de privatização da CV Handling, sendo Fevereiro o prazo para a sua conclusão. O presidente da UCID e outras vozes pedem a suspensão do processo, por questões éticas e de transparência. Até porque um dos concorrentes, a empresa turca Çelebi, pede esclarecimentos sobre os resultados que deram a vitória à Swissport.

Daniel Almeida

intransparência na alienação do património público.

Postura diferente

Entretanto, postura diferente teve o então primeiro-ministro, José Maria Neves, que, em Março de 2016, anunciou a suspensão da subconcessão portuária, devido à proximidade das elei-

ções legislativas, para evitar decisões estratégicas de fundo numa fase de transição, seguindo princípios de boa governação e ética, relembrando casos anteriores de privatizações polémicas, como a da CVTelecom e da Electra.

A propósito do dossiê dos portos, JMN alegou, na altura, que era antiético assi-

nar contratos de grande impacto estratégico perto das eleições, o que justificou a não assinatura do acordo de subconcessão que estava em fase final. A medida foi justificada pela coerência com a ética governamental e o compromisso com os interesses nacionais, evitando legados problemáticos para o próximo executivo.

Tanto assim que, em Agosto 2017, o executivo de Ulisses Correia e Silva, eleito em 2016, decidiu pela anulação formal da privatização/sub-concessão dos portos cujo concurso tinha sido ganho pelo grupo francês Bolloré.

Críticas da UCID

Invocando também questões éticas e de transparência, o líder da UCID considerou esta semana que o Governo deve suspender todos os processos de privatização neste período pré-eleitoral. João Santos Luís diz que, em matéria de privatizações, o Executivo mantém tudo em

segredo, “não informa o Parlamento, que, normalmente, toma conhecimento dos factos consumados”.

Aquele deputado e líder partidário invoca este caso da CV Handling, cujo processo de privatização teve início em 2024, afirmando que tomou conhecimento dos resultados do concurso através da página de Facebook do vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia.

“Como existem mais empresas para serem privatizadas, aconselhamos o Governo a levar em conta o pouco tempo que dista do fim do actual mandato”, porquanto “não seria ético” avançar com as pri-

vatizações neste momento. Note-se que o executivo de Ulisses Correia e Silva está há quase 10 anos no poder.

Esclarecimentos de Sara Lopes

Do lado do PAICV, maior partido da oposição, não houve até ao fecho desta edição nenhuma reacção sobre o assunto. Porém, a antiga ministra Sara Lopes, numa publicação na sua página no Facebook, fez questão de salientar que não tem nada contra a privatização de empresas de determinados sectores que podem ser melhor geridos por privados, evitan-

do inclusive a politização das administrações e dos processos de recrutamento.

Contudo, salienta aquela antiga governante, é preciso que os processos de privatização em curso “sejam mais transparentes, do início ao fim e convém que, estando os mandatos próximos do fim, seja determinado a partir de que altura do fim dos mandatos, as privatizações devam ser suspensas”.

“Lembro-me que vários processos foram suspensos em 2015, tendo o Governo de José Maria Neves, entendido que nas vésperas das eleições não seria ético concluir processos de privatização,

impondo opções de política à nova maioria que viesse a resultar do pleito eleitoral. Apesar da pressão do FMI e do Banco Mundial, foi o caso da CVH, da Cabnave, dos Portos, da TACV, dos aeroportos e até mesmo o processo de concessão dos transportes inter-ilhas”, elucidou.

Para Sara Lopes, “essas são matérias que deviam ser devidamente consensuadas entre os três partidos com assento no Parlamento, quando os governos exercem vários mandatos e só no fim de um ciclo longo decide tomar decisões estratégicas para o país que pode não conseguir gerir”.

Governo ignora as críticas e avança

Independentemente das críticas, o Governo dá sinais de que está decidido em fechar o processo de privatização da CV Handling até o mês de Fevereiro. Anunciou, na semana passada, que a Swissport é a vencedora da terceira fase do concurso internacional para a privatização da empresa de assistência aos sete aeroportos e aeródromos.

“De acordo com o relatório final aprovado pelo Conselho de Ministros, foram admitidas as três propostas apresentadas, tendo sido graduada em primeiro lugar a proposta da Swissport International”, informou o Governo em comunicado.

O processo, conduzido pela Unidade de Acompanhamento do Setor Empresarial do Estado (UASE), começou em Fevereiro de 2024 e tinha como objectivo seleccionar um parceiro estratégico para comprar até 51% do capital da CV Handling.

Empresas concorrentes

As três empresas que enviaram propostas vinculativas foram: Swissport (Suíça), Menzies (Escócia, Reino Unido) e Çelebi (Turquia).

Após analisar todas as propostas, a UASE elaborou um relatório detalhado com a avaliação e classificação, que foi aprovado pelo Conselho de Ministros. Com base nesta decisão, será agora aberta uma fase de negociação com a Swissport. As outras empresas poderão ser chamadas, caso o Governo não chegue a acordo com a empresa suíça.

Para o Governo, a forte participação de operadores internacionais demonstra o interesse global em investir em Cabo Verde, reforçando a confiança no país e a transparência dos procedimentos. DA

Empresa turca pede esclarecimentos

A Çelebi, empresa turca, que recebeu uma notificação da UASE confirmando que a mesma tinha ficado na segunda posição no concurso público para a aquisição de até 51% do capital da CV Handling, solicitou à autoridade licitante um conjunto de informações relativas ao processo de escolha do vencedor do concurso.

Segundo uma carta enviada à UASE, a que A NAÇÃO teve acesso, a Çelebi solicita, de acordo com as legislações aplicáveis em matéria de contratos públicos, que lhes fosse facultado o relatório de avaliação comparativa ou uma análise detalhada que descreva: “a pontuação atribuída aos licitantes em cada critério de avaliação; os principais pontos fortes identificados em nossa proposta; e as áreas em que a nossa proposta foi avaliada como comparativamente ou onde melhorias poderiam ser feitas.

Çelebi aguarda resposta do Governo

Pediu, também, esclarecimentos sobre os critérios de ponderação e solicitou a divulgação dos componentes de preço atribuídos à Çelebi e a todos os outros licitantes concorrentes. “Este feedback será extremamente valioso para os nossos processos de revisão interna e para melhorar a qualidade das nossas futuras candidaturas”.

A Çelebi conclui a sua missiva afirmando que gostaria de confirmar o seu interesse contínuo neste projecto. “Caso surja a necessidade ao abrigo do quadro de contratação aplicável – seja devido à não finalização da adjudicação, retirada ou outras circunstâncias legais -, gostaríamos de ter a oportunidade de ser considerados como segundo licitante classificado”. DA

Ficha Técnica



www.anacao.cv

A Nação Semanário | Ano XIX | Nº957 | 01 de Janeiro de 2026 | **Registo DGCS:** N.º3/2007 | **Registo ARC:** N.º3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.
Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX) | **Director:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida e Gisela Coelho | **Jornalistas:** Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | **Jornalistas Estagiários:** Leliane Semedo | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carlos Fonseca | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalnanacao@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** Impressal Center | **Tiragem:** 3.500 Exemplares.

2026 ano das eleições

Luta contra abstenção pode ser maior desafio

O ano de 2026 será de acesa disputa político/partidária tendo em conta a realização das eleições legislativas e presidenciais. Os dois partidos do arco do poder, o MpD e o PAICV, mas também a UCID, estão há muito em pré-campanha, mas, nos próximos meses, com a marcação das datas desses pleitos eleitorais, a disputa será maior. Contudo, a batalha deverá centrar-se no combate à abstenção que poderá sair vitoriosa pelo menos nas legislativas.

Daniel Almeida

L ogo nos primeiros dias do mês de Janeiro o Presidente da República, José Maria Neves, deverá ouvir todos os partidos políticos inscritos no Tribunal Constitucional (MpD, PAICV, UCID, PP, PSD, PTS, PCD e PRD), para depois convocar o Conselho da República, com vista a obter subsídios para a escolha das datas para as próximas eleições. Provavelmente as eleições legislativas serão em Abril (ou Maio) e as presidenciais em Outubro.

MpD, PAICV e UCID, três partidos com assento parlamentar, entrarão, certamente, na corrida para as próximas legislativas, não se sabendo se os democratas-cristãos, que estão mais concentrados em São Vicente, concorrerão em todos os círculos eleitorais no país e na diáspora. Santo Antão e Sal, a par de Santiago, são há muito o sonho da formação liderada por João Santos Luís.

PSD, de João Além, tem desde a sua criação em 1992 participado em todas as legislativas e, ao que tudo indica, deverá cumprir a tradição. O PP, de Amândio Vicente, que foi registado oficialmente pelo Tribunal Constitucional em Dezembro de 2015, um dos partidos sem assento parlamentar com maior dinâmica, estará, certamente nessa corrida em pelo menos dois ou três círculos, a começar por Santiago Sul.

Existentes só no papel

O PTS, criado por Onésimo Silveira e registado oficialmente em Novembro de 2000, atravessa uma crise de liderança e, com a morte de Romeu di Lurdis, é bem provável que fique de fora na corrida para as próximas legislativas. Existentes só no papel, mas com registo activo no Tribunal Constitucional, o PCD e o PRD, fundados por dissidentes do MpD, ficarão, como vem sendo hábito, fora dessa dis-

puta eleitoral. Aliás, a existência formal dessas duas siglas, sem que ninguém se disponha a passar-lhes a necessária certidão de óbito é algo que não se compreende. Ao que sabemos, bastaria o Ministério Público entrar em acção para isso acontecer.

Entretanto, a UCID, aproveitando o desgaste natural do MpD, que está no poder há dois mandatos, e uma certa divisão interna no PAICV, almeja romper com o ciclo de maiorias absolutas para poder ter uma palavra na governação do país. Diante do eclipse incompreensível do PAICV, tem sido a UCID praticamente a chamar a atenção para certos problemas da governação do país, caso da privatização da CV Handling, o “no ponto” do A NAÇÃO desta semana.

Por outro lado, os dois partidos do arco do poder, que enfrentam problemas internos, mas de natureza diferente, terão que fazer uma



luta titânica contra a abstenção, que vem se afirmando por causa dos discursos inflamados dos dois lados.

Tacticismo para as presidenciais

Tirando Casimiro de Pina que já assumiu, publicamente, a sua candidatura às eleições presidenciais, ninguém ainda se atreveu a fazer o mesmo. Contudo, os resultados das eleições legislativas podem contribuir para a desinibição de potenciais candidatos ao Palácio do Platô.

José Maria Neves, que está a cumprir um primeiro mandato como Presidente da República, pode ser tido como um candidato natural, mas nem tudo é cristalino, porquanto também vai ficar à espera dos resultados das legislativas. Se o PAICV vencer, não é líquido que ele será o candidato desse partido. Muito se tem falado na possibilidade de Janira Ho-

ppfer Almada poder vir a ser a escolha natural do líder do PAICV, Francisco Carvalho. Mas se o PAICV perder... será, obviamente, o contrário.

Na esfera do MpD há um compasso de espera, mais por tacticismo do que por falta de presidenciáveis, que abundam por aquelas bandas. Casimiro de Pina já deu o pontapé de saída, mas, A NAÇÃO sabe que o candidato oficial do partido no poder só será desvendado após as eleições legislativas que é prioritário para o MpD.

Contudo, nomes como Eurico Monteiro e José Luís Livramento têm sido lançados e os dois têm recebido elogios nas redes sociais. Mas, também, não se deve descartar o nome de Jorge Carlos Fonseca, que, segundo fontes próximas do antigo Chefe de Estado, pondera avançar, mais uma vez, para a corrida ao Palácio do Platô.

Continua na página 06



impar.cv

Seguros Impar: Em mais lugares do que imaginas.

***A nossa vida insular tem riscos únicos.
Por isso existe o seguro Impar, que responde
às nossas necessidades. Por exemplo,
seguramos navios, cargas marítimas
ou a tua mala de viagem.
Seguramos Cabo Verde.
Desde 1992, para sempre.***

Impar

***Segurando Cabo Verde.
Desde 1992, para sempre.***

Reforma do Parlamento

Salário dos políticos na agenda



Em 2026, logo após as eleições legislativas, será possível avançar com a reforma do Parlamento, com destaque para a revisão do estatuto dos titulares de cargos políticos, com a questão salarial em cima da mesa.

Com a entrada em vigor de Planos de Carreiras, Funções e Remunerações (PCFR) de várias classes profissionais e, principalmente, com a aprovação dos novos estatutos dos magistrados, os salários dos titulares de cargos políticos, “congelados” desde 1997, ficaram desfasados em relação a diversos servidores públicos.

É previsível que essa disfunção salarial seja resolvida no quadro da reforma do Parlamento, onde os deputados deverão aprovar um novo estatuto dos titulares de cargos políticos e, consequentemente, um novo estatuto remuneratório para a classe política.

Ainda no quadro da reforma do Parlamento, o novo Regimento da Assembleia Nacional, será aprovado na especialidade, tendo em conta que foi aprovado, na generalidade na última sessão plenária de 2025. Este diploma redefi-

ne as regras de organização e funcionamento dos trabalhos parlamentares.

O ano de 2026 poderá ser aproveitado para se avançar para a tão almejada revisão da Constituição da República. O PAICV, através do seu líder Francisco Carvalho, já deu a entender, avulsamente, que quer mexer na forma como é escolhido o Procurador Geral da República. Mas, como todos os cabo-verdianos aprenderam ao longo destes 35 anos de democracia, uma coisa é falar na oposição outra, bem diferente, é quando se está na situação.

Cargos “caducados”

Em 2026, após as eleições legislativas, será possível resolver o problema dos cargos “caducados”. Os da responsabilidade do Parlamento terá que haver consensos entre os partidos políticos e os de nomeação partilhada terá que haver entendimento entre o Governo e o Presidente da República.

Desde logo o caso do Procurador Geral da República, Luís José Landim, cujo man-

dato está caducado desde Outubro de 2024. A mesma coisa em relação aos juizes do Tribunal de Contas, com mandatos expirados desde Novembro de 2023.

Da competência do Parlamento, há que procurar consensos para a eleição dos novos juizes conselheiros do Tribunal Constitucional com mandatos expirados desde Outubro de 2024. Por outro lado, os membros da Comissão Nacional de Eleições (CNE) estão com os seus mandatos caducados desde fevereiro de 2024.

Os membros da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social (ARC) estão com os mandatos expirados há anos (desde julho de 2021), uma situação que se arrasta devido à falta de consenso político na Assembleia Nacional para a eleição de novos membros. Na mesma situação estão os membros da Comissão Nacional de Protecção de Dados. E depois estranha-se que as instituições do país estejam nas ruas da amargura junto do cidadão cabo-verdiano. DA

PUB

Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
A diferença na arte de comunicar

alfa rádio
A diferença na arte de comunicar

REVISTA INICIATIVA

Já nas bancas

**Assim como na vida,
também nos negócios,
a INICIATIVA é fundamental!**







A diferença na arte de comunicar!

Contactos: 2602690/95

comercial.grupoalfacv@gmail.com

geral.grupoalfa23@gmail.com

    www.bancobai.cv

Já pediu o seu presente ao BAI Natal?

Ficamos à escuta.
Alguns sonhos precisam apenas
de um pouco de confiança
para ganhar futuro.

O Banco BAICV
deseja *Boas Festas*



Mais produtos agrícolas nacionais nos grandes hotéis e resorts

Um dos grandes entraves à entrada dos produtos agrícolas nacionais nos grandes hotéis na ilha do Sal ou na Boa Vista continua a prender-se com a questão do transporte marítimo pouco fiável que se traduz em mais desafios à distribuição de produtos perecíveis produzidos localmente.

Além disso, não nos podemos esquecer do maior entrave à agricultura nacional, a falta de recursos hídricos, caracterizada por padrões erráticos e imprevisíveis de precipitação e a falta de solos aráveis.

Outras questões relacionadas com a falta de certificação dos produtos nacionais, capacidade produtiva insuficiente e deficiências na capacidade de armazenamento de frio, colocam o agricultor comum cabo-verdiano dois passos atrás dos grandes importadores e distribuidores europeus e mais longe de entrar numa cadeia de abastecimento hoteleiro altamente rentável.

Importa ressaltar, que segundo dados do executivo cabo-verdiano, a agricultura cabo-verdiana é, predominantemente, de tipo familiar, ocupando pouco mais de 9% do território das ilhas com pequenas parcelas de 0,4 hectares para o regadio e de 0,9 hectares para o sequeiro, em média. Ou seja, ainda é uma agricultura de subsistência e não voltada para a indústria transformadora ou para o exigente sector turístico.

Apesar da evolução da agricultura e inovações associadas a ela, nestes 50 anos de Independência, com introdução de técnicas como o sistema de rega gota-a-gota ou a hidroponia, a presença de produtos nacionais nas grandes cadeias de hotéis e resorts ainda é irrisória quando comparada com os produtos importados. Um relatório do Banco Mundial, de 2024, alerta que os grandes hotéis até adquirem localmente uma pequena percentagem dos seus produtos, mas acabam por rejeitar cerca de 30% destes, devido a questões de qualidade. Os desafios são imensos.

Tiago Ribeiro *



Dificuldades na produção e escoamento

Josefa “Djepa” Rodrigues, agricultora natural de São Nicolau, é um dos rostos dessa falta de integração do sector primário nas cadeias de valor do turismo. Apesar de reconhecer que a agricultura que desenvolve, associada à técnica do sistema de gota-a-gota, dar mais lucros, ainda não consegue garantir o escoamento dos seus produtos de São Nicolau para as outras ilhas, como o Sal e Boa Vista, com a regularidade que se gostaria.

“Por exemplo, uma vez alguém me pediu 40 quilos de cebola para levar para a ilha do Sal mas, infelizmente, não foi possível porque o barco não veio”, observa. Este constrangimento acaba por impedir que a agricultura se desenvolva na ilha.

A cadeia de hotéis Ouril, do empresário Manuel António Mendes do Grupo Mendes & Mendes, um dos maiores empresários cabo-verdianos do sector hoteleiro diz que actualmente aproveita “ao máximo” aquilo que é produzido localmente, mas refere que, devido à produção nacional muitas vezes insuficiente, e à deficiência nos transportes inter-ilhas, acaba por importar mais de 60% dos produtos utilizados naquela cadeia hoteleira.

Empoderar mais os empresários nacionais

Manuel entende que é necessário empoderar mais



Manuel António Mendes

o sector agrícola cabo-verdiano “que tem muita capacidade”, mas há que fortalecer outros pontos importantes, destacando aqui o sector dos transportes, a logística e a certificação dos produtos com normas internacionais.

O estilo “all inclusive” do turismo praticado em Cabo Verde, principalmente no Sal e na Boa Vista, também não abre portas ao mercado agrícola nacional por este, apesar dos investimentos na profissionalização do sector, ainda não ser do tipo associado à indústria, com altos volumes de produção, previsibilidade e logicamente organizado às exigências de hotéis cinco estrelas, com 500 ou mais quartos e que recebem à volta de mil, a duas mil pessoas por semana.

Êxodo dos jovens e escassez de mão-de-obra

O êxodo dos jovens do campo às zonas rurais ou mesmo para o exterior e, conseqüente perda de força braçal, também afecta, e de que maneira, o desenvolvimento da actividade agrícola no país.

O problema é nacional

e tem levado agricultores a optarem por cultivos que exigem menos mão-de-obra e menos esforço de manutenção, como é o caso da banana e da cana-de-açúcar, ao invés de hortaliças que demandam mais tempo, mais mão-de-obra e mais atenção.

É que devido à falta de mão-de-obra essa tem-se tornado cada vez mais dispendiosa para os agricultores, chegando mesmo aos 1500 escudos por dia de trabalho. Uma mão-de-obra que, de acordo com relatos de agricultores, urge profissionalizar.

Pragas

Por outro lado, as pragas são outra ameaça à agricultura nacional. Com as mudanças no clima, Cabo Verde, como muitos outros países, não só tem visto uma diminuição da chuva, mas também tem visto um aumento de pragas agrícolas. Em 2017, a lagarta do cartucho chegou ao país dizimando grande parte das culturas de milho, e não só. Mas também se registou um aumento de muitas outras pragas como o percevejo verde ou os insectos.

O papel dos Centros pós-colheita

Os centros pós-colheita têm um papel fundamental no processo de transformação dos produtos agrícolas e pecuários, principalmente no que tange à certificação, uma componente exigida pelas grandes cadeias hoteleiras, a certeza de que o produto tem uma “boa procedência” e não apresenta riscos à saúde.

No entanto, o Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) enfrenta obstáculos na expansão da sua rede de centros pós-colheita, como mostram os dados do relatório “Diagnóstico do Setor Privado Nacional” do Banco Mundial (2024), que visa resolver problemas logísticos de alimentos perecíveis. Os principais problemas incluem a falta de recursos operacionais e de manutenção e a baixa demanda dos utilizadores.

Transformação do sector agrícola

Contudo, o Governo assumiu a transformação do sector agrícola como prioridade no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II) 2022-2026, assente na “ambição” de transformar a agricultura num sector de “oportunidades para os jovens, inteligente, com elevada produtividade e valor acrescentado capaz de penetrar o mercado turístico, de exportar e de reforçar a contribuição para a segurança alimentar”.

As linhas de actuação deverão assentar em dois pilares: o reforço da resiliência e

adaptação às mudanças climáticas e a estruturação de cadeias de valor orientadas para os mercados, locais, turísticos, regional e da diáspora.

Apesar de reconhecer que o país é dependente da importação de produtos de base (cereais, açúcar, óleos alimentares, leite e alguns derivados), face às suas particularidades agro-ecológicas, segundo o documento, a agricultura apresenta algum potencial para o desenvolvimento da fruticultura, da horticultura, da pecuária, designadamente, animais de ciclo curto, e da agro-indústria, contribuindo, em parte, para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias.

O documento faz ainda menção a objectivos que, se cumpridos, podem levar a agricultura e o agricultor nacional verdadeiramente às cadeias de abastecimentos do sector hoteleiro.

São elas a diversificação das fontes de água para agricultura (irrigação e pecuária), associada às energias renováveis (para reduzir os custos de produção e distribuição), a criação de unidades familiares, cooperativas de produção ou empresas agropecuárias e o incentivo à criação e agregação de valor em toda a cadeia de mercado, no que tange à sua ligação com os sectores do turismo, da indústria transformadora e do próprio comércio, entre outros e a garantia da qualidade e certificação de produtos.

Os centros pós-colheita do país

1. Centro pós-colheita em Santo Antão
Construído em 2010 e em funcionamento desde 2013, este centro tem como objectivo prestar serviços de controlo de qualidade pós-colheita, inspeção e certificação para facilitar o acesso ao mercado dos produtos agrícolas nacionais.

Apesar do seu potencial, o centro está subutilizado, tendo processado apenas 681 toneladas de produtos. As restrições incluem a sua localização remota a três quilómetros do Porto Novo, longe do porto e das principais estradas, elevados custos e taxas de utilização e dificuldades de transporte para os principais centros de consumo entre as ilhas.

2. Centros de pós-colheita no Fogo e Maio

Construídos em 2013 e 2016, respectivamente, estes centros estão inactivos devido às restrições de recursos enfrentadas pelo MAA. Eles são usados raramente para fins de armazenamento. O centro no Fogo

foi inicialmente gerido por uma empresa local, a Fogo Fresh, mas as actividades foram, entretanto, descontinuadas.

3. Centro pós-colheita em Santiago

Inaugurado em 2017 com apoio de cerca de 2 milhões de dólares da cooperação chinesa. No entanto, não há relatos de que o centro esteja sendo totalmente utilizado.

4. Novos centros pós-colheita em Santo Antão

A Enapor e o MAA celebraram um acordo para a construção de um novo centro na zona portuária no valor de 900 mil euros, com conclusão prevista no prazo de 12 meses. Outro centro pós-colheita foi construído no Tarrafal de Monte Trigo, um dos vales mais produtivos da ilha, e entregue à Associação dos Agricultores de Tarrafal de Monte Trigo em Janeiro de 2025.

*Esta matéria está integrada na Revista INICIATIVA nº107





Festas para todos os bolsos e gostos um pouco por todo o país

Na Capital do país, a Câmara Municipal anunciou que a festa no Largo de Kebra Kanela arranca às 21h, com os artistas Kino Cabral, Léo Pereira, Rods Wires, Miguel KR e Márcia Cruz.

De acordo com o vereador Jorge Garcia, a festa terá ainda as actuações do grupo Fidjus de Nossa Senhora da Luz e de alguns talentos locais.

Afora isso, a CMP promete 12 minutos de fogo de artifício, a partir da Praça Cruz de Papa, para celebrar a entrada do novo ano com pé direito, alegria e amizade.

Para além do Kebra Kanela, há opções privadas e preços ao gosto de quem pode, como o "Réveillon RADORA", a ter lugar no espaço Aqva, também na Kebra Kanela, ou o Révei-

As festas de final de ano arrastam sempre muita gente para a celebração do Ano Novo e há sempre opções para todos os bolsos e gostos. Na Capital, a par das muitas festas privadas, a Câmara Municipal já anunciou a sua tradicional celebração gratuita no Largo de Kebra Kanela. Em Porto Novo, Santo Antão, serão dois dias de festa; no Sal a edilidade também já anunciou que irá organizar a festa nos Espargos e em Santa Maria; na Boa Vista e em Santa Catarina de Santiago idem, e todos com nomes sonantes da música cabo-verdiana e o habitual fogo de artifício às 00h. E, claro, São Vicente não poderia ficar de fora...

Tiago Ribeiro

llon AUHRA, promovido pelo WUAW na Gamboa, que neste momento custa estonteantes 15 mil escudos por pessoa. Já a conhecida festa de final de ano ALOHA começou a vendas de bilhetes por 18 mil escudos.

Mas há também opções para o interior da ilha de San-

tiago, como a festa a realizar-se na Várzea de Igreja, interior de Santiago, com preços a começar nos 2500 escudos ou na Pedra Badejo, no Falucho Paradise, pelo mesmo preço.

Na Assomada, em Santa Catarina, a edilidade também promove um festival gratuito

de passagem de ano na Rua Pedonal com nomes como César Sanches, Tranka Fulha, Gah da Lomba, Meno Pecha e Netos di Sodadi, com os tradicionais fogos de artifício à meia-noite.

Sal

No Sal, a autarquia con-

ta com Elji Beatzkill, Jennifer Dias e Rahiz, a banda local Deixa Acontecer, Los Manos e Djs para animar a despedida de 2025 e entrada com a máxima força em 2026.

Serão os mesmos artistas a actuarem nos Espargos e Santa Maria. Nos Espargos o line up

Dois dias de festa em Porto Novo



O município do Porto Novo vai mais longe e organiza dois dias de festa, 30 e 31, com a segunda edição do evento “Fim D’One É Ne Porto Novo”, na Praia de Armazém e Pedonal.

Para o dia 30, das 20h até às 00h, actuarão o grupo Cordas do Sol, Cris Broo, Towzen SK, Zero One, Didi Romântico, Cuznher e Banda, Ariana

Barbosa e a Banda Nho Ambroze.

Para o último dia do ano subirão ao palco William Araújo, Randy Moraes, Banda Melodie, Tuna Recordai Lagedos e o Dj Alone. Também a companhia teatral Juventude em Marcha fará uma atuação que, assegura a edilidade, “encantarà todos os presentes”.

O evento contará ainda com fei-

rantes locais, oferecendo gastronomia tradicional, bebidas e serviço de bar-restaurante, além de ter uma área prioritária para pessoas de terceira idade, com mobilidade reduzida e mães com bebés de colo, uma iniciativa para assegurar a inclusão de todos nas festas de final de ano, assevera a câmara.

Boa Vista

Na Boa Vista, a festa promovida pela edilidade terá como cabeças de cartaz o mítico grupo Os Tubarões, Zulu, Boni Oliveira, Arley, Débora, Yannick Sax, Oficina de Hip Hop II. O certame terá ainda a animação dos DJs Papy e Sténio. A festa terá lugar no Largo EMPA, em Sal-Rei, a partir das

23h. A Câmara promete “uma grande noite memorável” para residentes e visitantes da ilha.

Santo Antão

Na Ribeira Grande, a Câmara Municipal apresentou o cartaz da festa de “Son Silvestre e Virada de Ano”, em Ponta do Sol, no Largo da Praça, fren-

te à edilidade.

As atuações musicais estarão a cargo do Coral NSL, Ksol Band, Golden e Voice RG, composto por Rodji, Homero Fonseca, Duda, Domingos Costa, Pidrim, Vuka, Rady Vivi e Néném. Às 00h haverá o habitual espetáculo de fogo de artifício.

De iniciativa privada, da BV Produções, o Polivalente Bun-

zin, na Cidade das Pombas, Paul, acolhe a quarta edição do “Réveillon na Sintantom 2025 – Noite Branca”, com animação dos Djs Helton, DeeJay X, DJ Ruben, Denis e outros, das 00h até o amanhecer do primeiro dia do ano.

Tarrafal de São Nicolau

Também a Câmara Muni-

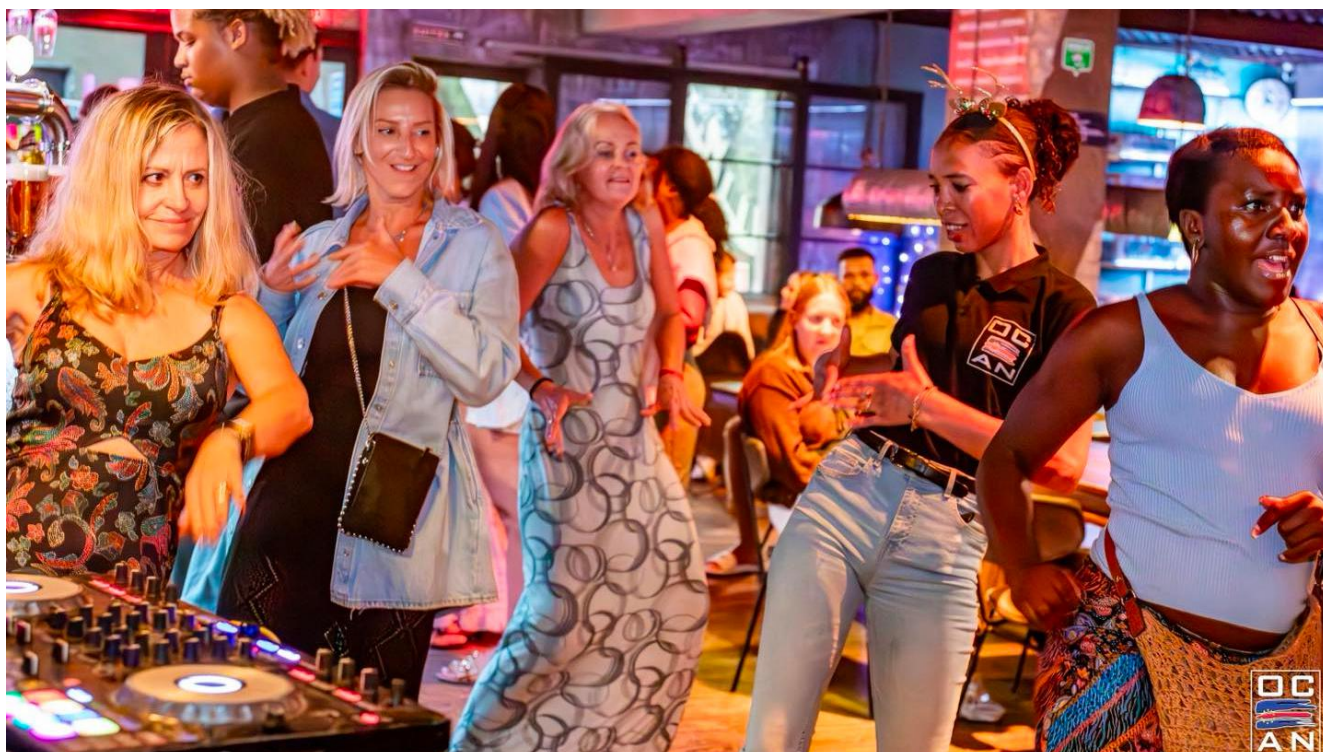
cipal de Tarrafal de São Nicolau anunciou uma “Noite Réveillon” promovida pela autarquia na Avenida Cadório às 23h do dia 31.

Maio

No Maio, não sendo propriamente uma festa, mas o resgatar de uma tradição, realiza-se no dia 31, das 09 às 22h, a primeira edição da passeata “Recordai”. O desfile com instrumentos e vozes terá lugar na Cidade do Porto Inglês, com concentração na Avenida Amílcar Cabral.

Fogo

Na ilha do Fogo, a Praia de Areia Grande, no Município de Santa Catarina do Fogo, acolhe a festa “Areia Negra - Beach Réveillon”. Já a Câmara Municipal de São Filipe organiza, no Centro Cultural Armand Montroind, a partir das 23h do dia 31, o “Réveillon Popular 2025” com atuação das bandas Pó de Lumi, Bem d’ Longe e os Djs Cash e Sambriu.



Réveillon em São Vicente

Música, tradição e diversidade de bolsos



Desde há cinco dias que a Rua de Lisboa se transformou num verdadeiro corredor cultural. O grande palco, luzes coloridas e sons que atravessam géneros musicais têm atraído famílias inteiras. “É a nossa festa, gratuita e aberta. Aqui todos se encontram, desde os mais velhos aos mais novos”, diz Maria Andrade, professora, que não dispensa a tradição de vir com os familiares e amigos.

A presença de artistas internacionais reforça o carácter cosmopolita da cidade. “Ver nomes tão grandes a actuar aqui, sem pagar bilhete, é um presente para Mindelo”, acrescenta Jorge, jovem estudante.

Bailes de prestígio

Para quem prefere ambientes mais reservados, os bailes privados são a escolha natural. O Recanto da Dinha, com entradas a 12 contos por casal ou 6.000 escudos individual, promete elegância e animação. “É um investimento, mas vale a pena. Ali encontro amigos e danço até de manhã”, afirma Teresa, funcionária pública.

No Ponto d’Água, o famoso Baile do Vave volta a ser refe-

rência. “É tradição. O Vave sabe como pôr toda a gente a dançar. É impossível ficar parado”, garante Luís, taxista que já comprou o bilhete há semanas.

Hotéis e glamour

O Foya Branca Hotel e o Mindel Hotel oferecem pacotes que combinam jantar, música ao vivo e pista de dança. O Baile do Canal, no Mindel Hotel, é particularmente aguardado. “É o ponto alto do meu ano. Venho sempre com colegas de trabalho, é quase uma segunda

família”, partilha Sandra, enfermeira.

Estes espaços apostam em ambientes sofisticados, onde o público procura tanto a festa como a experiência gastronómica. “Não é só música, é serviço, é conforto. É sentir que estamos num lugar especial”, resume um cliente habitual.

Novas propostas e acessibilidade

Nem todos procuram luxo. O Martin Sunset, em Santa Filomena, acolhe o Baile de Ro-

drigo Mascarenhas, que promete inovação e proximidade. “Quero que seja um espaço de encontro, onde a música une diferentes gerações”, explica o organizador.

Já o Pizzaria & Art surge como alternativa mais acessível, atraindo sobretudo jovens e famílias que procuram preços moderados. “Ali consigo divertir-me sem gastar muito. O importante é estar com amigos e celebrar”, diz Cláudia, estudante universitária.

A diversidade

São Vicente prepara-se para entrar em 2026 com uma multiplicidade de festas que reflectem o espírito plural da ilha. Dos bailes glamorosos em hotéis e espaços privados às celebrações populares na Rua de Lisboa, há opções para todos os gostos e carteiras.

João A. do Rosário

como marca

O Réveillon em São Vicente mostra-se como um mosaico de possibilidades: da rua gratuita às salas requintadas, da tradição aos novos espaços. A ilha respira festa e confirma a sua vocação cultural.

“São Vicente é isto: diversidade, música e encontro. Cada um escolhe o seu espaço, mas todos celebramos juntos a passagem do ano”, conclui António, reformado, que prefere assistir às festas na Rua de Lisboa e depois brindar em casa com a família. 🎉

Ligue-se ao que é mais importante, as pessoas.

CVTelecom, somos a sua ligação neste Natal.



 **CVTelecom**



Redy Wilson Lima

Sobre o tráfico de pessoas

O tráfico de pessoas em Cabo Verde não é uma ameaça distante como muitos acham ou querem fazer parecer, mas uma realidade enraizada em fatores históricos, socioeconómicos e institucionais que constituem vulnerabilidades. As desigualdades sociais, a precarização das oportunidades e as fragilidades das famílias expõem sobretudo crianças, jovens e mulheres a diferentes formas de exploração que podem potencializar situações de tráfico, enquanto as limitações institucionais enfraquecem os mecanismos de prevenção e o combate eficaz do fenómeno.

No início de dezembro, a Associação Cabo-verdiana das Mulheres Juristas lançou o projeto “Rede Segura – Fortalecer a Sociedade Civil contra o Tráfico de Pessoas”, quanto a mim uma importante iniciativa sobre um fenómeno que nos atravessa, mas, que, tal como muitos outros, é ainda institucionalmente percecionada como algo que não ocorre.

Porém, o meu contato com esta problemática surgiu pela primeira vez em 2014, no estudo sobre a violência sexual de crianças e adolescentes, desenvolvido com maior profundidade a partir de 2022, depois de ter feito parte da equipa que pesquisou o fenómeno, mas cujos achados empíricos não foram de todo uma novidade, sobretudo pelo conhecimento que tinha da dinâmica do crime organizado transnacional no país.

O primeiro apontamento que pode ser feito sobre esta questão é que Cabo Verde possui uma identidade histórica marcada pelo tráfico de pessoas, visto que o arquipélago foi desde os seus primórdios de ocupação definitiva a partir do comércio transatlântico de africanos escravizados, utilizado como um centro e uma escala conveniente da rota marítima e aérea.

A localização estratégica transnacional do país (re)torinou-o desde os anos de 1980, com maior incidência nos anos de 1990, num espaço de atração para os grupos de crime organizado transnacional internacional, regional e nacional, o que expõe a sua população ao tráfico de drogas, de pessoas e ilícito de migrantes. Isto agravado com o desenvolvimento da indústria do turismo a partir dos anos de 2000, devido principalmente à identidade geográfica do país.

Por isso, o fenómeno do tráfico de pessoas para, de e en-

tre as ilhas do arquipélago não é uma mera ameaça, mas uma realidade, ainda que se encontra marginalmente representada (ou subnotificada) nos dados estatísticos oficiais e judiciais, quando comparado a outros crimes transnacionais. Contudo, há evidências empíricas que indicam para uma prevalência bem maior.

Convém lembrar que o caso que desencadeou a questão do tráfico de pessoas em Cabo Verde data da primeira metade dos anos de 2010, quando um cidadão chinês foi detido na ilha do Sal acusado e condenado por assassinato de um casal de compatriotas, num caso que envolvia relações de exploração laboral, mas com indícios de tráfico de pessoas para exploração laboral, embora juridicamente não confirmado, até porque, na altura, o quadro legal existente não previa este tipo de crimes.

No lançamento do projeto da Associação Cabo-verdiana das Mulheres Juristas foi-me pedido para apresentar os Fatores Sociais e Económicos que potenciam vulnerabilidades ao Tráfico de Cabo Verde. A análise das vulnerabilidades indica uma ligação entre vulnerabilidades sociais e económicas das famílias e a probabilidade de cair numa situação de tráfico ou de trabalho forçado.

Aliás, uma das conclusões do estudo de 2022, mas presente em outros estudos sobre a violência sexual, é de que muitas famílias constituem em Cabo Verde um dos principais promotores do “tráfico de crianças e adolescentes para exploração sexual”, até porque, segundo a conceptualização contemporânea do tráfico de pessoas, quando a vítima é uma criança, configura-se obrigatoriamente numa situação de tráfico.

O que as evidências empíri-

cas mostram é que o desfazamento entre as altas aspirações juvenis (e a inflação das expectativas) e as oportunidades reais (aqui pode-se falar, por um lado, de um paradoxo das oportunidades, visto ser um fato de que o perfil demográfico nacional não favorece uma situação de trabalho para todos, daí o surto migratório juvenil e feminino dos últimos anos e, por outro, de uma segregação das oportunidades, quando o tão falado “mérito” é secundarizado por laços de afinidade partidária, familiar ou construídas pela amizade), o elevado custo de vida e a precarização laboral e salarial cria condições propícias para se cair nas teias do tráfico de pessoas (ou de outras situações tidas como problemas sociais).

Ou seja, de que em Cabo Verde, as fragilidades e as desigualdades socioeconómicas tem criando condições para o tráfico para exploração sexual, para fins laborais (sobretudo no seio da economia informal de rua) e para fins criminais (integrando aqui as ditas “mulas” de drogas, tomadas injustamente como traficantes), bem como para a servidão doméstica, controladas por grupos de crime organizado africanos, europeus, asiáticos, mas também nacionais.

Contudo, cingindo-se às vulnerabilidades na sua prevenção e combate, estas continuam a ser institucionais. A começar pelo próprio desenho do Observatório Nacional do Tráfico de Pessoas, um modelo organizacional que tem dado há anos provas da sua disfuncionalidade, muito por culpa da fraca capacidade de articulação, coordenação e colaboração entre as instituições, em parte, por falta de dedicação exclusiva dos membros, visto acumularem outras funções.

No conjunto das vulnerabilidades institucionais pode-se também destacar o acesso li-

mitado a serviços de proteção e de segurança, a fraca capacidade de operacionalidade conceptual, a incapacidade de fiscalização, muitas vezes por mera falta de vontade política, o que torna o crime de omissão uma das mais graves no país, a descontinuidade na implementação das medidas políticas, provocado, por um lado, pelo não seguimento após mudanças administrativas e o problema daquilo que certa vez alguém chamou de ego-sistema e, por outro, pela incapacidade de institucionalizar as políticas de projeto.

Por fim, pela sensação crescente e generalizada de impunidade devido à fraca resposta ou falhas sistemáticas das autoridades policiais e judiciais, o que tem desencadeado um aumento de desconfiança nas instituições nacionais.

Como forma de conclusão diria que o tráfico de pessoas em Cabo Verde não é uma ameaça distante como muitos acham ou querem fazer parecer, mas uma realidade enraizada em fatores históricos, socioeconómicos e institucionais que constituem vulnerabilidades.

As desigualdades sociais, a precarização das oportunidades e as fragilidades das famílias expõem sobretudo crianças, jovens e mulheres a diferentes formas de exploração que podem potencializar situações de tráfico, enquanto as limitações institucionais enfraquecem os mecanismos de prevenção e o combate eficaz do fenómeno.

Assim, torna-se imprescindível reconhecer a dimensão real do problema, reforçar a articulação entre as instituições, garantir vontade política e investir numa resposta integrada que coloque a proteção das vítimas, a responsabilização dos autores e a justiça (social) no centro das políticas públicas.



Banco
Interatlântico

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**

O Banco Interatlântico deseja a todos os clientes e parceiros um **Feliz Natal** e um **Próspero Ano Novo**.

Que **2026** seja um ano repleto de realizações e oportunidades.

Continuaremos ao seu lado a transformar sonhos e projetos em realidade.

Boas Festas!





João Serra*

O insólito processo de criação da Ordem dos Economistas de Cabo Verde

Se Cabo Verde quer, de facto, uma Ordem dos Economistas que sirva a nação, então que ela nasça de base sólida, plural e transparente. Legitimidade constrói-se com participação substancial, rigor técnico e mecanismos claros de responsabilização. Sem isso, corremos o risco de repetir a história da associação esquecida: uma entidade que existe no papel, mas não na vida efetiva do país – um luxo institucional que não nos podemos permitir.

Um amigo, economista sénior, enviou-me uma mensagem a perguntar se eu conhecia os dois projetos de lei que deram entrada no Parlamento com vista à criação da Ordem dos Economistas de Cabo Verde. Respondi-lhe que não e que, tal como para ele, também para mim tudo isto surgia como uma grande surpresa. Afinal, não se cria uma ordem profissional à socapa, sem transparência e, sobretudo, sem o envolvimento efetivo daqueles que ela se propõe representar.

A criação de uma Ordem de Economistas em Cabo Verde é, em princípio, uma iniciativa legítima e desejável. O país precisa de uma entidade que regule a profissão, fixe padrões éticos e de qualificação e proteja o interesse público nas intervenções técnicas dos economistas. Contudo, a pertinência do objetivo não pode ocultar as insuficiências do processo em curso: apressado, opaco e desprovido de uma auscultação efetiva da própria classe.

Há no país memória de uma tentativa anterior de organização coletiva da classe: a Associação de Economistas de Cabo Verde, cuja existência formal poucos recordam e cuja ação pública foi praticamente inexistente. Este fracasso histórico não é um detalhe irrelevante. Ele demonstra que a simples criação jurídica de uma estrutura representativa não garante, por si só, vitalidade institucional, legitimidade e capacidade de intervenção.

As iniciativas em disputa – a proposta governamental de uma Ordem de Economistas e Gestores e a proposta da oposição centrada exclusivamente nos economistas – são, em si, defensáveis. Ambas visam regulamentar a profissão, instituir mecanismos de qualificação e responsabilização, promover formação contínua e afirmar a dignidade pública da profissão. Mas o fim nobre exige meios adequados: transparência, debate público e legitimidade da base associativa. O

atual procedimento privilegia circuitos Governo-Parlamento e soluções de bastidor, quando deveria priorizar construção coletiva.

A comparação com práticas internacionais é reveladora. Nos contextos em que ordens profissionais têm relevância e prestígio, a sua constituição foi precedida por longos períodos de consulta: universidades, associações profissionais, setor privado e organismos públicos foram auscultados; comissões técnicas multidisciplinares trabalharam propostas; realizaram-se audições públicas e processos de construção de consenso. Esses instrumentos constroem base social, antecipam conflitos de competência e definem mecanismos de governação interna que reduzem a vulnerabilidade a capturas.

A designação política da comissão instaladora abre um flanco perigoso. Uma ordem concebida de cima para baixo pode vir a ser percebida como extensão do poder político, sujeita a lógicas de distribuição de influência e acomodação de interesses.

Num país de pequena dimensão, onde as redes são densas e as fronteiras entre público e privado por vezes ténues, a ausência de salvaguardas robustas de autonomia e de mecanismos claros de prestação de contas torna a instituição vulnerável à instrumentalização.

Mais grave ainda, arrisca-se a enclausurar a profissão numa lógica de dependência institucional, em vez de a afirmar como espaço de pensamento crítico e independente.

Acresce a discussão substantiva sobre a opção entre uma ordem unificada de economistas e gestores e uma ordem específica de economistas. Há argumentos legítimos em ambos os sentidos: interdependência entre economia e gestão, por um lado; identidades profissionais e responsabilidades públicas distintas, por outro.

Esta questão não é meramente formal: define competências regu-

latórias, regimes de responsabilidade, critérios de formação contínua e processos disciplinares. Decidir sem debate técnico-académico é politicamente imprudente e intelectualmente pobre. Ao contrário, um processo aberto poderia clarificar expectativas, definir claramente o perfil profissional e alinhar a Ordem com as necessidades estratégicas do país.

A pressa em concluir o processo é, por si, questionável. Se o país espera há décadas por esta Ordem, a aceleração do projeto por motivos de calendário político não se justifica. Uma lei aprovada às pressas pode cristalizar uma arquitetura institucional disfuncional, difícil de reformar posteriormente, e contribuir para a erosão da confiança pública numa profissão cuja credibilidade é essencial para o debate sobre políticas económicas, finanças públicas e desenvolvimento.

As consequências práticas de um processo mal conduzido não são abstratas. Uma Ordem que careça de legitimidade e autonomia arrisca práticas protecionistas, litígios internos e a conversão em selo de conformidade que pouco acrescenta à qualidade técnica.

No plano público, a perda de confiança pode reduzir a utilização de pareceres técnicos credíveis, limitar a cooperação entre academia e governo e enfraquecer a prestação de serviços económicos que dependem da autoridade profissional. A médio prazo, isso pode traduzir-se em menor qualidade das políticas públicas, menor exigência técnica nas decisões do Estado e enfraquecimento da cultura de responsabilidade.

Para evitar estes riscos, proponho medidas concretas e urgentes: reabrir o debate legislativo com consultas formais e calendarizadas; constituir uma comissão técnica plural com representantes da academia, do setor privado, das associações profissionais e da sociedade civil; promover audições pú-

blicas por ilha e publicar todas as contribuições; e definir um plano de transição claro para a eleição dos primeiros órgãos, com regras rígidas de incompatibilidades, limites de mandatos e mecanismos de fiscalização externa. Essas medidas não implicam adiamento indefinido, mas exigem prazos razoáveis e procedimentos transparentes que permitam legitimar a Ordem desde o seu nascimento.

A Ordem deve circunscrever as suas atribuições a funções objetivas e devidamente definidas: prestar pareceres técnicos independentes quando solicitados; assegurar a certificação de competências; promover formação contínua acreditada; elaborar e implementar um código deontológico robusto; e assegurar a gestão transparente dos processos disciplinares.

As iniciativas políticas existentes deveriam convergir num único texto técnico e politicamente negociado, evitando a competição partidária sobre matéria que deve ser interesse de Estado. Esta convergência exige boa vontade política, mas sobretudo prioridade aos critérios de qualidade institucional sobre ganhos de curto prazo. Sem essa convergência e sem processos de participação ampla, a Ordem arrisca nascer frágil e descredibilizada, incapaz de cumprir a missão pública que justifica a sua criação.

Se Cabo Verde quer, de facto, uma Ordem dos Economistas que sirva a nação, então que ela nasça de base sólida, plural e transparente. Legitimidade constrói-se com participação substancial, rigor técnico e mecanismos claros de responsabilização. Sem isso, corremos o risco de repetir a história da associação esquecida: uma entidade que existe no papel, mas não na vida efetiva do país – um luxo institucional que não nos podemos permitir.

Praia, 27 de dezembro de 2025

*Doutorado em Economia



NO NATAL, O FUTURO TORNA-SE AINDA MAIS PRESENTE.

Na Garantia, acreditamos que a verdadeira magia do Natal está nos gestos que criam ligação e constroem confiança. Afinal, são os pequenos esforços de hoje, como poupar, planejar e pensar no futuro, que realizam os grandes sonhos de amanhã.

Para que a vida não pare.

Boas Festas e um Feliz 2026!



FESTAS FELIZES • HAPPY HOLIDAYS • FELICES FIESTAS • JOYEUSES FÊTES • 节日愉快



Germano Almeida

Em busca do Estado de Direito Democrático

Temos uma Constituição maravilhosa e perfeita; o que nos tem faltado é: políticos com caráter suficiente para colocar acima dos seus interesses partidários ou pessoais os interesses nacionais. (...) Vamos entrar num novo ano. Seria bom que neste fim d'ano os nossos políticos fizessem uma festa de recolhimento espiritual metendo a mão na consciência. Um mea culpa está a fazer-se urgente, um arrepio do perigoso e irresponsável caminho que está conduzindo à destruição do Estado de Direito Democrático que podemos construir.

Nos últimos meses deste ano fomos sendo distinguidos com uma boa dose de escritos exortando à defesa intransigente do Estado de Direito Democrático esforçadamente conquistado a 13 de janeiro de 1991 e que se pretende nos últimos tempos gravemente ameaçado.

Vale a pena destacar a ingente observação do secretário-geral do MpD que não hesitou em comunicar que o 13 de janeiro é “provavelmente o dia mais importante da história do País”, por ter provocado “a construção de um Estado de Direito Democrático e a consolidação de instituições baseadas na lei, na justiça, no equilíbrio de poderes e na igualdade entre os cidadãos.”

Ouvi, mas disse para comigo, felizmente que ele teve o cuidado de tudo relativizar com o oportuno “provavelmente”. Porque na verdade o 13 de janeiro não só não é, como está muito longe de ser, ou ter sido, o dia mais importante da história de Cabo Verde. O dia mais importante da nossa história é, sem qualquer hesitação ou dúvida, o dia 05 de julho de 1975.

Essas datas não são erigidas por decreto, não basta alguém dizer, é o mais importante, temos que as sentir como tais, passam a fazer parte das nossas vidas tal qual o dia do nascimento de cada um nós. De modo que é pura perda de tempo pretender o contrário, ninguém se convence desse real absurdo.

Porém, o 13 de janeiro é importante. Nós que lutamos para que ele acontecesse, sabemos que empenho igual na preparação desse dia, só tinha havido 15 anos atrás, quando se buscava a independência que viria a ser declarada a 5 de julho de 1975. E ESTE É SEM DÚVIDA O DIA MAIOR!

Mas adiante: a seguir ao 13 de janeiro aprovámos uma nova Constituição, que quisemos fundadora de um “Estado de Direito Democrático”, tendo o Parlamento como o centro do sistema político e, portanto, sempre com direito a ter a última palavra.

Como não podia deixar de ser,

o nosso Estado de Direito Democrático surge na Constituição cercado de vários órgãos de fiscalização, de modo a que nunca os diferentes direitos e garantias de que usufruem os cidadãos possam ser impunemente violados. Alguns desses órgãos são eleitos sempre com maioria de dois terços pelos deputados do Parlamento; outros exigem harmonia e conjugação entre o Governo e a presidência da República: um indica, o outro promulga. Portanto, um sistema de equilíbrio perfeito!

Mas sendo assim tão perfeito como nos filmes, já com 35 anos de rodagem, porque andamos então preocupados com o destino do nosso Estado que desejamos todos que seja de direito democrático?

Todos sabemos que a existência de um “Estado de Direito Democrático” não é uma dádiva que cai do céu. Marx sonhou a sociedade perfeita, tipo “de cada um conforme a sua capacidade, a cada um conforme a sua necessidade”, mas essa maravilhosa utopia rapidamente se mostrou simplesmente utópica.

De modo que, entre as outras coisas da vida, também um Estado de Direito Democrático tem que ser construído com ações diárias de cada um de nós.

Mas sendo uma ação de cada cidadão em geral, esse dever de ação é particularmente exigente para aqueles que escolhem serem líderes do país. A esses que optam, profissional ou apenas temporariamente, servir o país e o seu povo (não confundir com servirem-se do país), exige-se que sejam exemplos a seguir, portanto que sejam exigentes consigo próprios no rigoroso cumprimento dos deveres dos seus cargos. Porque não basta gritar que o Estado de Direito Democrático está em perigo, é preciso que todos estejam empenhados em conjurar todos os perigos que podem ameaçar o estado de direito. E para isso devem começar por dar o exemplo, cumprindo rigorosa e escrupulosamente as leis do país para que possam ter moral para exigir e

eventualmente punir os faltosos.

Ora é exatamente isso que tem faltado aos nossos líderes: capacidade ou vontade de cumprir as leis que aprovamos. Temos uma Constituição maravilhosa e perfeita; o que nos tem faltado é: políticos com caráter suficiente para colocar acima dos seus interesses partidários ou pessoais os interesses nacionais.

Vamos comemorar os 35 anos do nosso pretensamente amado Estado de Direito Democrático. O nosso orgulho está tão alevantado, que o governo MpD não hesitou em alocar 150 mil contos num monumento que não terá outra função para além de ser consumido pelo salitre.

E, no entanto, os 35 anos de Estado de Direito Democrático vão encontrar caducados todos os órgãos externos ao Parlamento, e sem dia de serem repostos, não obstante serem eles, por exigência da nossa dita amada Constituição, que enformam e garantem a vida do nosso Estado de Direito Democrático. Vejamos:

- Tribunal Constitucional, caducado desde outubro 2024
- Tribunal de Contas, caducado desde novembro 2023
- Comissão Nacional de Eleições, mandatos caducados, de acordo com a sua presidente
- Procurador-Geral da República, caducado desde outubro 2024 porque precisa de acordo entre PR e PM para ser repostos.

Mas isso que já parece muito excessivo para um pequeno Estado de Direito Democrático, infelizmente ainda não é tudo. Porque a essas falhas por omissão, teremos que juntar outras por ação. Impossível enumerá-las todas, são milhentas e praticamente diárias ao longo dos nossos 35 anos de liberdade, democracia e Estado de Direito Democrático.

Porém, se tivesse de escolher uma para cada setor do poder, para a Justiça escolheria a prisão do deputado Amadeu Oliveira, levada a cabo por um juiz de direito que sabia que estava cometendo um crime de prevaricação

prestando um deputado sem respeitar as regras legais para efetivação desse ato. E também o costume abertamente fora de qualquer lei que o tribunal constitucional virou lei ad hoc.

Para o Governo escolheria o contrato de concessão dos transportes marítimos com a CVInterrilhas, que ficará na nossa história como uma das ações mais lesivas cometidas por um Governo contra o seu povo, só comparável aos “não-contratos” para os transportes aéreos.

Quanto ao presidente de junta mon, kabesa e corason, sem já referir alguns casos verdadeiramente infelizes, não tem mostrado coerência entre o seu manifesto eleitoral, muitas das suas palavras posteriores e alguns dos seus comportamentos subsequentes. Ele que tinha o especial dever de ser o espelho por onde a sociedade deve mirar-se. Com grande segurança ditou linhas vermelhas na nomeação de embaixadores políticos, mas a ideia que ficou é que só as respeitou quando se tratou de pessoas com quem tinha tido desavenças pessoais.

Creio, por isso, que se pode legitimamente perguntar: diante deste quadro nacional de puro voluntarismo em todos os níveis do poder, com o Estado de Direito Democrático a não passar de uma frase bonita na boca da nossa elite política reinante, porque longe da prática quotidiana de qualquer deles, a quem exigir realmente a defesa do Estado de Direito Democrático? Quando se alarma que ele está em perigo, a que Deus se está a clamar, se aqueles que se proclamam seus “servidores” mais não fazem que servirem-se dele a favor de interesses inconfessáveis?

Vamos entrar num novo ano. Seria bom que neste fim d'ano os nossos políticos fizessem uma festa de recolhimento espiritual metendo a mão na consciência. Um mea culpa está a fazer-se urgente, um arrepio do perigoso e irresponsável caminho que está conduzindo à destruição do estado de direito democrático que podemos construir.



Promotor do Ano

É oficial, Augusto Neves, presidente da CMSV, foi galardoado com o prémio “Promotor Musical do Ano”. Um prémio merecido e um dos poucos que não vai gerar fracturas nas redes sociais. ZIG dá os parabéns ao Senhor Presidente de “Cambra” pela merecida distinção, relembrando que ainda temos festa de Final de Ano na Rua de Lisboa “à vontade”, apesar da ilha estar em estado de calamidade, decretado pelo Governo e em vigor até Janeiro de 2026. Mindel, terra sab!



Há que equilibrar

A Câmara Municipal de São Vicente fez questão de mostrar que “Soncent” não é só festa e sabura dia sim, dia não... Entre vídeos e fotos da festa na Rua de Lisboa, a edilidade fez um post para relembrar aos mais distraídos que “a Câmara Municipal de São Vicente continua no terreno, com trabalho concreto e foco nas pessoas”. Como mostra a imagem continuam a decorrer obras do projecto “ISDOB COMPO BO CASA” e segundo a edilidade mais de 100 habitações estão a ser ou já foram beneficiadas. Portanto, Pov d’ Soncente e arredores continuem a entupir a Rua de Lisboa, no velho e eterno lema Saikô daiô, “brinka sabe é só nos só, dança sabe...”



E esta, hein?

Entre os prós e contra os cinco dias de festas de resiliência na Rua de Lisboa, alguém se lembrou que o “povo de São Vicente” que, dizem, “gosta de festas”, é maioritariamente das outras ilhas, especialmente da “ilha vizinha”, Santo Antão, e é esse mesmo povo, sua juventude, que anda a encher as festanças promovidas por Gust na Rua de Lisboa e na Baía das Gatas, manchando a imagem dos sanvicentinos. Estes, coitados, ao que parece, preferem ficar pelo sofá de casa, por amor a São Vicente. E esta, hein?

Praia, boka ruçu

Na Praia, ao que parece, a festa é apenas uma noite, a noite de 31 de Dezembro. Diante de tamanha pobreza, “boka ruçu”, há quem ache que logo assim que o Ministério Público der uma folguinha ao Francisco, ele e a sua locomotiva devem ir ao Mindelo para um estágio sobre como pôr o Povo na rua a festejar mesmo em meio à desgraça que foi a Tempestade Erin, de Agosto passado. Se houver lugar o ZIG também aceita ir.

Velocidade e risco

Outrora crítico feroz das obras da circular da Praia, erguidas no consulado da anterior senhora, Olavo Correia resolveu dar uma voltinha pela infraestrutura - tão larga e comprida que mais parece uma pista de aterragem internacional. Não deu parabéns ao Governo anterior. Mas houve selfie: foto tirada “ku bechu largadu na bento” acompanhada da legenda inspirada: “resistência, resiliência, velocidade e risco!”. As redes sociais não perdoaram e a resposta veio em modo torre de controlo: “Falta só kel 2,5 avion ku mais 11” boing”...



Super rendidos

A Cabo Verde Airlines e o Ministério do Turismo estão rendidos à beleza da “super modelo” angolana, Maria Borges, que escolheu o país para passar o final de ano e, claro, a CVA para lhe trazer ao destino! Analisam agora a possibilidade de cooperação para promover o país além-fronteiras através da influência da angolana de renome mundial. ZIG espera que a viagem tenha sido agradável e deseja um final de ano surpreendente em terras crioulas.





Confiança no Futuro.

ENCERRAMENTO DE CONTAS INATIVAS

Informa-se aos clientes do BANCO BAICV que, na sequência de um processo de regularização, serão encerradas as contas bancárias que apresentem, cumulativamente, as seguintes condições:

1. Encontram-se bloqueadas e inativas;
2. Possuem saldo inferior a CVE 5.000;
3. Não registam movimentação há mais de **12 meses**;
4. Não dispõem de contatos válidos (telefone, e-mail ou morada completa);
5. Não possuem responsabilidades ativas, depósitos a prazo, cartões ou outros produtos associados.

O encerramento será efetuado de acordo com a legislação em vigor e normas internas aplicáveis.

Aos titulares que suspeitem possuir contas nestas condições, solicita-se que contactem o Banco BAI Cabo Verde, com a maior brevidade possível, para atualização de dados ou regularização, caso pretendam manter a conta ativa.

O Banco BAI Cabo Verde agradece a atenção e permanece disponível para esclarecimentos adicionais.



www.bancobai.cv



Etc.



PERSPECTIVAS

Armindo Tavares, dramaturgo

“Acho que estou destinado a ser o Eurypides de Cabo Verde”

Diz-se o dramaturgo mais prolixo de Cabo Verde, com mais de 500 peças de teatro escritas, 19 livros publicados e mesmo uma telenovela. Passou por Portugal, onde se formou em teatro e deixou a sua marca com peças levadas à cena com a temática da tradição cabo-verdiana. Mas Armindo Tavares nunca viu um trabalho seu encenado em palcos nacionais, nem obteve qualquer apoio institucional. Na sua opinião, a razão vem da sua independência e por não se “colar ao sistema”.

Joaquim Arena

As próximas peças estavam prontas para serem apresentadas numa sessão a realizar no bairro, junto ao aeroporto, onde Armindo Tavares reside. Mas os livros não chegaram a tempo para a data prevista, antes das festas natalícias, diz Armindo, resignado. Questões de desalfandegamento a atrapalhar a levada à cena de mais um trabalho, deste que deverá ser o dramaturgo mais prolixo de Cabo Verde. A escolha do bairro para a apresentação, agora adiada para o início deste ano de 2026, tem que ver com o facto de ser um bairro de professores, cujo “ambiente culto” vai ajudar ao evento, a decorrer no meio da rua.

“São duas peças de teatro num livro só, este com o título Destinos Semelhantes Entre Dois Reinados, edição bilingue, português e crioulo, e as peças são: Filha de Uma Escrava Mãe de um Rei, e O Rei e o Sapateiro”. Armindo conta que as origens dos seus trabalhos enraízam em histórias que ele ouvia desde criança, já que se inspira muito na tradição, na música, nos contos populares. Recorda a história João da Burra, que haveria de utilizar na sua tese de mestrado em artes cénicas.

E, nestas suas mais recentes peças, “há uma moral histórica muito forte, fala do tempo da escravatura, do que os negros passavam nas mãos dos brancos; repara, a filha de uma escrava, de facto pode

ser a mãe de um rei, apresentei-a já em Portugal e gostaram muito, e O Rei e o Sapateiro também está no mesmo contexto, embora com outras personagens, mas o essencial da história é o mesmo”.

Esquecido no país

Mas, se pensarmos muito

bem, Armindo Tavares não é um nome que se associa imediatamente ao teatro que se faz actualmente em Cabo Verde. Não consta dos autores encenados, quer no Mindelact, quer noutros encontros de teatro do país, o que é estranho para quem tem uma vasta obra neste género literário.

“Tenho mais de quinhentas peças de teatro escritas e no conjunto dos meus trabalhos, compilados, consegui fazer uma telenovela, mas não é fácil levar para o palco porque, sabemos que sem apoios não se consegue, mas a minha vontade, claro, é ver as minhas peças encenadas.”

No entanto, a frustração

de ver as suas peças apanhar pó na gaveta, é vista de forma tranquila: “Não sou o primeiro e nem serei o último nesta situação; há um dramaturgo grego, Eurypides, e eu sinto-me como a sua reencarnação, porque na sua época havia Eurypides, Ésquilo e Sófocles. E como estes dois eram ligados ao sistema, todos os





seus trabalhos foram premiados e Eurypides foi muito menos, mas depois da sua morte todos os seus trabalhos passaram para primeiro plano”.

Armindo diz-se confiante na qualidade do seu trabalho, apesar de nenhuma das suas peças ter sido até agora escolhida para representação. Mas, por entre risos, recorda que, na verdade, há uma exceção, um pouco caricata, como descreve: “Encenaram uma peça minha, Ti Lobo e Chibinho, peça do meu estágio de licenciatura, mas disseram na televisão e na rádio que era do meu primo Tomé Varela, de quem eu gosto muito, mas Tomé nunca escreveu uma peça de teatro”. Armindo Tavares atribui ao facto de “não se colar a nenhum sistema” a razão principal para não ser mais conhecido e as suas peças mais encenadas, em Cabo Verde. Mas, o autor diz não se sentir penalizado.

Falta de apoios

“Ainda tenho muito para dar a Cabo Verde, para ensinar, porque eu digo com toda a garantia, eu sou o único cabo-verdiano que é formado e

que é especializado em teatro, no Instituto Politécnico de Lisboa, mais dois anos de mestrado, com 16 valores, e ainda fiz doutoramento em Antropologia Cultural, tenho 19 livros publicados e quinzentas e tal peças de teatro escritas”, afirma. Um currículo que, a seu ver, não foi suficiente para as autoridades de Cabo Verde.

“Pedi uma audiência ao então ministro da Cultura, Mário Lúcio, ele nunca me recebeu; ganhei um prémio, Prémio Literário Pedro Cardoso, de mais de mil contos, que nunca recebi, deram-no a outra pessoa, tenho as actas que foram escritas, fiquei em primeiro lugar, fomos para tribunal e perdi, tanto na primeira instância como no supremo... Eu nunca ganho nada em Cabo Verde”, afirma, por entre risos. No entanto, o autor mantém o espírito positivo: “Não muito estou preocupado, pois sei que um dia, o meu trabalho será valorizado.”

Do tempo que passou em Portugal, o “momento áureo” na sua vida no teatro, como descreve e onde trabalhou com um grupo com o nome Miscelânea (composto por pessoas dos vá-

rios PALOP) Armindo recorda com satisfação o “outro ambiente” com que as coisas decorriam. Fala dos apoios municipais, da junta de freguesia, da embaixada de Cabo Verde e de outras fontes, para quem quer fazer teatro. Apesar de alguma frustração pelo esquecimento, o autor diz-se impressionado pelo talento que descobre em alguns alunos.

“Têm um enorme potencial, mas estou proibido de lhes ensinar teatro, na minha área, na escola, tem dramática, música e plástica; damos só plástica, porque ninguém dos professores sabe tocar música e ninguém sabe teatro; e a mim não me deixam. Mas, assim como tempos talento na música, também temos no teatro, só falta explorar isso”, afirma.

As duas peças de Destinos Semelhantes Entre Dois Reinados aguardam o seu desalfandegamento no Porto da Praia para então ser anunciada a nova data, para levar à cena, numa das ruas do seu bairro. “Será uma pequena leitura encenada por um grupo que temos aqui no nosso bairro, Palha C, na Vila Acácia 1, perto do aeroporto.”

Percurso de um dramaturgo

Armindo Tavares, 66 anos, nasceu em Renque Purga, Santa Cruz, sobrinho do músico Catchás, “que é meu tio duas vezes”, pelo lado materno e paterno. Foi criado pela avó e só aos nove anos entrou na escola para fazer a pré-primária, em 1968. E por entre chumbo na terceira classe – “chumbámos mais de vinte”, recorda – é que fez a quarta classe, já com 14 anos, mas o pai não permitiu que ele viesse continuar os estudos na Praia.

E foi com a abertura do ciclo preparatório no seu concelho natal, nos primeiros anos da independência, é que o pai permitiu que ele se matriculasse, mas não passou do primeiro ano, porque foi chamado para o serviço militar obrigatório. E é só aos 22 anos

que vai retomar o 2º ano do ciclo preparatório, ao mesmo tempo que trabalha, até que completa o antigo sétimo ano e segue para Portugal.

Entra na Universidade Lusíada para estudar Direito, sem bolsa, e tem de trabalhar para pagar as propinas. Entretanto, faz formação em programação e análise, com fundos da União Europeia, e fica-se pelos três anos de Direito e mais tarde completa esta formação, fazendo Solicitadoria. Mas o apelo do teatro era mais forte, assim como o da terra natal, aonde regressa para dar aulas na UNICV, sendo hoje quadro no ministério da Educação. É actualmente professor na escola secundária da Calabaceira. JA



Randy Pinto, artista salense, portador de deficiência auditiva

Dar cor aos sons que não consegue ouvir

A deficiência auditiva de Randy resultou de uma queda aos quatro anos e meio de idade. Após o acidente foi levado a Portugal, onde realizou uma cirurgia para colocação de implante coclear. Durante esse período, frequentou uma escola para surdos e mudos, onde aprendeu linguagem gestual, a ler e a escrever, tendo aí o primeiro contacto estruturado com a combinação das cores primárias, elemento que viria a marcar a sua trajectória artística.

De regresso a Cabo Verde, continuou a desenvolver a sua arte, utilizando a pintura como forma de expressão da sua visão do mundo. Para o artista, a condição auditiva não representa uma limitação, mas sim uma lente sensível que amplia a sua percepção visual. As suas obras retratam a identidade cabo-verdiana, com figuras

históricas, paisagens e cenas do quotidiano da ilha do Sal, como o pontão de Santa Maria, a salina de Pedra de Lume, pilões, moedores de pedra e personagens típicas da cultura insular.

Abertura do seu ateliê

Em 2022, inaugurou o Randy Ateliê, no centro da

O salense Randy Pinto, 39 anos, portador de deficiência auditiva, é um artista plástico que tem construído a sua carreira, afirmando-se no mercado nacional e internacional através do talento, persistência e forte ligação à cultura cabo-verdiana. Descobriu a pintura enquanto trabalhava num bar na ilha natal, onde, nos tempos livres, começou a desenhar com lápis em folhas de papel.

Adelise Furtado

cidade de Espargos, tornando-se um espaço de referência para apreciadores de artes e visitantes da ilha. Participou quatro vezes consecutivas na Feira de Artesanato da URDI, entre 2022 e 2025, experiência que classifica como positiva, sendo que a edição deste ano foi a mais bem-sucedida, como afirma.

“A edição deste ano foi

a melhor; consegui vender tudo, para os clientes cabo-verdianos e estrangeiros que gostaram dos meus trabalhos”, afirma, agradecendo através do A NAÇÃO a URDI pelo convite.

Randy anunciou ainda que a sua próxima viagem será para a Índia, em Janeiro, onde irá participar numa festa cultural e exposição.

Outras actividades artísticas

Randy Pinto é membro do grupo carnavalesco Patchê Parloa, contribuindo na criação artística de carros alegóricos, campeão do carnaval da ilha do Sal deste ano.

Paralelamente à carreira artística, Randy também se destacou no desporto adaptado – foi campeão nacional de Cabo Verde em lançamento de peso, em 2007, e campeão da ilha do Sal na época 2016/2017.

Sem apoios institucionais associativos, uma vez que na ilha do Sal não há Associação de surdos, Randy Pinto tem construído o seu percurso artístico de forma autónoma contando sobretudo com o reconhecimento do público e dos apreciadores da obra.



INPS
INSTITUTO NACIONAL
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O INPS deseja-lhe um
Feliz Natal e um
próspero Ano Novo!

www.inps.cv

Cultura em Cabo Verde 2026



Festa com Carnaval e Mundial, no regresso dos grandes palcos

O ciclo cultural de 2026 terá o seu primeiro grande destaque já em Fevereiro. O Carnaval, com destaque para os desfiles de São Vicente, São Nicolau e Praia, está agendado para o dia 17 de Fevereiro. O governo já iniciou a antecipação de verbas para os grupos oficiais, garantindo que a produção artesanal de carros alegóricos e figurinos atinja um nível de sofisticação profissional, visando atrair um número recorde de turistas europeus e da diáspora.

90º aniversário de Claridade

Em Março completam-se os noventa anos de Claridade,

revista literária fundada, em 1936, em São Vicente, por Baltasar Lopes, João Lopes, Manuel Lopes e Jorge Barbosa, e cujos efeitos perduram até hoje quer no espaço da literatura, quer do pensamento ca-

bo-verdiano. Os seus nove números, publicados entre 1936 e 1960, constituem um importante património imaterial da Nação Cabo-verdiana. Por saber é como o MCIC e eventualmente a Câmara Municipi-

pal de São Vicente pretendem assinalar a efeméride.

Dança, Literatura e Novos Lançamentos

Ainda no campo literário,

as feiras do livro da Praia e do Mindelo em 2026 terão como tema a “Literatura da Diáspora”, celebrando novos autores que escrevem a partir de centros como Boston, Lisboa e Roterdão. Ainda no

Para 2026, o sector da cultura em Cabo Verde terá a seu dispor um orçamento de aproximadamente 600 mil contos, num ano em que o país vê regressar os seus festivais internacionais, continuar a requalificação de patrimónios históricos e assistir a uma inédita sinergia esperada entre a cultura e o desporto. Mas 2026 é também o ano do 90º aniversário da fundação da revista Claridade, o mais importante movimento literário do país até hoje.

Joaquim Arena

campo do livro e da memória histórica, um dos lançamentos a acontecer, já em Janeiro, é o livro de memórias de Pedro Pires, primeiro chefe do governo de Cabo Verde (1975-1991) e presidente da República, entre 2001 e 2011, além de combatente e comandante do PAIGC na Guiné.

Na música, um dos lançamentos mais aguardados para o segundo semestre de 2026 é o álbum “Testamento” do rapper Hélio Batalha, que promete uma fusão entre o hip-hop e os ritmos tradicionais, contando com colaborações de artistas de Angola e Portugal.

A agenda cultural de 2026 integra ainda a 4ª edição do Festival Kontornu, entre 9 e 16 de Maio, na ilha de Santiago. Este evento ganhará uma dimensão especial com o lançamento oficial da Rede de Dança da CPLP, posicionando o país como líder na cooperação artística lusófona.

E em Abril, a cidade da Praia volta a transformar-se num dos epicentros da indústria fonográfica desta região africana, com a realização da 12ª edição do Atlantic Music Expo (AME), confirmada para o período de 6 a 9 de abril, e servindo, como já é habitual, de antecâmara para o Kriol Jazz Festival. O AME 2026 focará na digitalização da música africana e na criação de novas rotas de exportação para os talentos locais, consolidando Cabo Verde, de acordo com a organização, como o “hub” que liga a música da CPLP ao mercado global.

Requalificação e Património

No âmbito da conservação, 2026 será o ano da conclusão de importantes obras na Cidade Velha, Património Mundial da Humanidade. O plano de gestão do sítio histórico prevê a finalização de projetos de requalificação urbana que visam transformar o berço da nação cabo-verdiana num museu vivo mais acessível e sustentável.

O Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas reforçou que o investimento em 2026 também priorizará a digitalização do Arquivo Histórico Nacional, permitindo que investigadores e a diáspora acedam a documentos fundamentais da identidade crioula a partir de qualquer parte do mundo.

Desafios e Sustentabilidade

O plano cultural para 2026 prevê ainda um reforço da Bolsa de Acesso à Cultura (BA-Cultura), garantindo que escolas de artes em ilhas mais periféricas, como Maio, Brava e São Nicolau, recebam financiamento contínuo para formar a próxima geração de artesãos e músicos.

Cabo Verde acolherá ainda a IV Jornada de Cooperação Turística Internacional em 2026, onde se discutirá como poderá o turismo cultural ser a resposta para a sazonalidade do sector, promovendo eventos durante todo o ano e não apenas na época alta.

Com uma agenda que



equilibra a tradição do Carnaval com a modernidade dos mercados de música e a euforia do futebol, 2026 promete ser um ano importante para a economia criativa de Cabo Verde, ajudando a reforçar o papel do país como uma referência no mapa cultural do Atlântico.

A Cultura no ritmo da estreia no Mundial

Espera-se que um fe-

nómeno cultural atípico venha a marcar o mês de Junho de 2026, com a estreia dos “Tubarões Azuis”, no Campeonato do Mundo da FIFA. Mais do que um evento desportivo, a participação cabo-verdiana em solo norte-americano (EUA, México e Canadá) será, certamente, acompanhada por um vasto programa cultural, oficial e particular, sem precedentes.

Os adeptos promoverão

“Fan Zones” culturais em todas as ilhas, onde não faltará música ao vivo, a gastronomia e o merchandising serão os protagonistas durante os jogos contra Espanha (15 de junho), Uruguai (21 de junho) e Arábia Saudita (26 de junho). Este evento funcionará como uma montra global para a “Marca Cabo Verde”, unindo a diáspora nos EUA às raízes no arquipélago.



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv



Saúde

2026 será o ano do primeiro transplante de rim

O anúncio do primeiro transplante de rim foi feito no início de Dezembro pela directora nacional da Saúde, segundo a qual os primeiros transplantes renais no país devem ser realizados no primeiro trimestre do ano que ora começa. Ângela Gomes explicou que o sistema nacional de saúde está há algum tempo se organizando, tanto a nível de equipamentos quanto do ponto de vista legal, por se tratar de um processo “bastante delicado do ponto de vista ético e legal”.

Para dar os primeiros passos, foi necessário criar e adequar todas as ferramentas, que vão permitir avançar com segurança e sustentabilidade. E, para isso, a DNS garantiu que todos os protocolos já foram criados com entidades portuguesas, que é o país parceiro da implementação do transplante renal em Cabo Verde.

“Temos as competências técnicas e físicas instaladas e acreditamos, sim, que dentro do primeiro trimestre de 2026 estaremos a realizar o primeiro transplante renal em Cabo Verde”, avançou.



Será um feito histórico para Cabo Verde, que embora tenha um número significativo de doentes renais, estes têm sobrevivido graças ao tratamento por hemodiálise, nos centros da Praia e do Mindelo. Os que conseguiram um transplante até agora, fizeram-no no exterior, nomeadamente em Portugal. Mas 2026 tem outros encontros marcados com os cabo-verdianos.

Natalina Andrade

Âmbito legal prévio

De recordar que a proposta de lei para a regulamentação de transplantes de órgãos em Cabo Verde foi aprovada na Assembleia Nacional, por unanimidade, a 08 de Dezembro de 2023. A legislação estabelece o regime jurídico relacionado à qualidade e segurança na doação e colheita de órgãos, tecidos e células de origem humana, destinados a diagnóstico, terapia ou transplante.



Campus da Justiça anunciada para Fevereiro

A , situado no bairro do Palmarejo, na Cidade da Praia, deve ficar concluída em finais de Fevereiro de 2026, anunciou a ministra Joana Rosa.

O Campus de Justiça é projectado para albergar o Instituto de Medicina Legal e de Ciências Forenses, o Centro Nacional de Mediação e Arbitragem, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, o Instituto da Moderniza-

ção e Inovação da Justiça (IMIJ) e concentrar os juízes num único espaço.

Uma infraestrutura que, de acordo com o executivo, será determinante na melhoria da qualidade na prestação dos serviços na área de justiça no país. A obra está orçada em mais de 700 mil contos, suportados por receitas do Cofre Geral da Justiça.



PUB

Pensão social para idosos passa a 7 mil escudos

No quadro do reforço do apoio social, previsto no Orçamento de Estado para 2026, o Governo anunciou que a pensão social aos idosos deve passar, a partir de Janeiro, dos 5880 escudos actuais para sete mil escudos. Esta medida, aliada ao regime não contributivo de saúde, representa um esforço orçamental de 2,4

milhões de escudos.

Para além disso, anunciou o Primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, mais de 9 mil famílias devem receber o Rendimento Social de Inclusão (RSI) em 2026 e um milhar de casas sociais devem ser também construídas, para se juntar aos quase 1700 em curso actualmente.



Escola de Administração Pública é outra promessa para o novo ano

A proposta de lei que prevê a criação da Escola da Administração Pública foi aprovada em Novembro, no âmbito do OE 2026, e a intenção do executivo é concretizar o projecto no decurso de 2026. A ideia é ter uma estrutura dedicada à formação de funcionários e dirigentes públicos, enquanto estratégia para “modernizar e profissionalizar a máquina estatal”.

Será, de acordo com o executivo, uma estrutura simples, de baixo custo, que irá trabalhar em parceria com as instituições de formação já existentes, mas com foco es-

pecífico na capacitação dos funcionários públicos.

O objectivo é elevar a eficiência e a capacidade de resposta da Administração Pública, com orientação para o atendimento de excelência.

A deputada Dora Pires, da UCID, por sua vez, disse que o seu partido optou pela abstenção, defendendo que a função pode ser desempenhada dentro da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). “Não vale a pena criar uma nova estrutura quando já existem condições para a formação dentro da universidade”, sustentou.



A CIMPOR
deseja-lhe
Boas Festas!

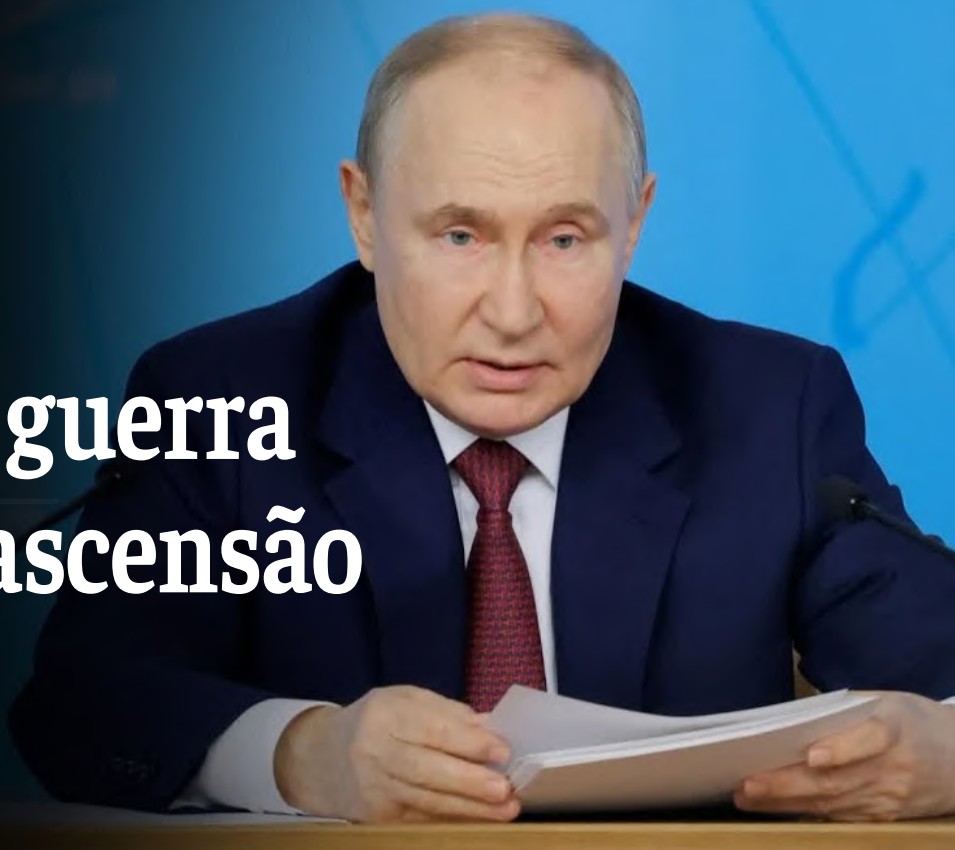


CIMPOR

20 ANOS
CABO VERDE

2026

Entre o fim da guerra na Europa e a ascensão da IA



Política Internacional

Na política internacional, 2026 será um ano de redefinições estratégicas, numa continuidade daquilo que foi 2025, com as suas surpresas e desafios. Nos Estados Unidos da América (EUA), as eleições intercalares (conhecidas por midterms) representarão um teste crucial para a administração Trump, eleita em 2024, cujas as recentes derrotas, como a Câmara de Nova Iorque para as mãos de Zohran Mandami, podendo alterar o equilíbrio de forças no Congresso e influenciar a política externa norte-americana, nomeadamente em relação à guerra na Ucrânia, à segurança no Indo-Pacífico e às relações com a China.

A União Europeia, por sua vez, ainda à procura de um modelo de actuação e intervenção na nova ordem mundial, deverá entrar numa nova fase do seu ciclo institucional após as eleições europeias de 2024, enfrentando desafios como o alargamento do bloco, a política migratória comum e a consolidação

O ano de 2026 perfila-se como um marco decisivo na história recente: a consolidação da paz em Gaza, num cumprimento das fases do acordo, e o fim esperado da guerra da Ucrânia. Mas espera-se também que seja de um grande impulso e desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA), como resultado de investimentos astronómicos, em especial nos Estados Unidos. Num contexto global marcado por tensões geopolíticas, emergência climática e rápidas transformações tecnológicas, os eventos previstos para este ano terão consequências que ultrapassam largamente as suas datas no calendário.

Joaquim Arena

da defesa europeia. Em várias regiões do mundo, da América Latina ao Médio Oriente, 2026 poderá marcar momentos de transição política, com eleições e negociações que poderão redefinir alianças e influências globais.

Desporto

No desporto, 2026 será um ano histórico para Cabo Verde e Curaçao, duas nações crioulas com as mesmas raízes históricas e linguísticas. Farão parte do principal destaque que será o Campeonato do Mundo de Futebol, organizado conjuntamente por EUA, Canadá e México. Pela

primeira vez, o torneio contará com 48 selecções, ampliando o alcance global da competição e levantando debates sobre sustentabilidade, logística e impacto económico. Ainda no desporto, no próximo ano realizam-se os Jogos Olímpicos de Inverno de Milão-Cortina 2026 prometem colocar a Itália no centro das atenções, com uma aposta numa organização mais descentralizada e alinhada com preocupações ambientais.

Cultura

A nível internacional, a cultura também deverá ter

em 2026 um ano de forte dinamismo. Capitais culturais europeias e mundiais irão promover grandes festivais de cinema, música e artes visuais, num período em que a indústria cultural continua a reinventar-se após a revolução digital e as mudanças nos hábitos de consumo. O cinema e o audiovisual deverão aprofundar o uso de inteligência artificial e novas tecnologias de produção, ao mesmo tempo que crescem debates sobre direitos de autor, diversidade e representação.

Um outro aspecto importante, partindo das movimentações ocorridas em

2025, em museus e instituições culturais de vários países, sobretudo de antigas potências coloniais, espera-se um reforço do diálogo com temas como a memória histórica, o colonialismo e as identidades contemporâneas.

Em Cabo Verde, além de vários novos títulos, um dos quais as “memórias” de Pedro Pires, é de lembrar que 2026, já em Março, se cumprirão os noventa anos da fundação de Claridade, revista surgida em São Vicente, em 1936, e que marca a “independência literária” de Cabo Verde. Haverá algum evento para celebrar a data?

Ambiente

No ambiente, 2026 será um ano de pressão acrescida sobre governos e empresas. Está prevista a realização de mais uma grande Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP), que funcionará como momento de balanço dos compromissos assumidos na década anterior. Com eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes — ondas de calor, secas, incêndios e inundações —, a urgência de medidas concretas será ainda mais evidente. Espera-se que 2026 seja um ano decisivo para a implementação de políticas de transição energética, protecção da biodiversidade e adaptação às alterações climáticas, especialmente nos países mais vulneráveis.

Ciência e tecnologia

Nestas áreas, 2026 poderá marcar avanços significativos na exploração espacial e na inovação científica. A NASA e os seus parceiros internacionais planeiam dar novos passos no programa Artemis, que visa o regresso de seres humanos à Lua e prepara o caminho para futuras missões a Marte. Paralelamente, áreas como a biotecnologia, a medicina personalizada e a inteligência artificial deverão conhecer progressos relevantes, com impacto direto na saúde, na economia e no quotidiano das populações. Ao mesmo tempo, crescerá o debate ético sobre o uso destas tecnologias, reforçando a necessidade de regulação e cooperação internacional.

Inteligência Artificial

Para 2026 espera-se a continuação de investimentos financeiros e científicos de valores astronómicos, sobretudo pelas gigantescas

empresas tecnológicas americanas. No caso chinês, a salvaguarda do regime depende do controlo do desenvolvimento da IA pelo Estado. Mas tanto nos Estados Unidos como na China, é a segurança nacional a grande prioridade, para a qual a IA vai ter cada vez mais um papel fundamental.

Guerra na Ucrânia

Prestes a entrar no seu quarto ano, o fim do conflito na Ucrânia é dos acontecimentos mais esperados para 2026. Pelo menos assim o indicam as propostas de paz e os seus diversos pontos, discutidas entre a Ucrânia, a Rússia, os Estados Unidos e a União Europeia. Se a Ucrânia tem conseguido resistir é graças aos apoios, financeiro e militar, sobretudo europeu, desde que Donald Trump assumiu a administração americana. O mundo aguarda que 2026 seja o ano do fim deste conflito e o início das discussões sobre as condições do pós-guerra para a Ucrânia e a sua população martirizada.

EUA, eleições de Novembro e Venezuela

Para alguns analistas, o aprisionamento de petroleiros venezuelanos, bem como o ataque a embarcações tidas como pertencentes a traficantes de droga, expedida para os Estados Unidos, e a mais recente investida sobre o território da Gronelândia, são medidas que têm o propósito de criar o caos e a confusão para um objectivo maior: as eleições intercalares de 3 de Novembro de 2026. Tudo para conservar a maioria no Congresso. Segundo analistas, Donald Trump ganharia, assim, maior credibilidade e como o garante de estabilidade e da grandeza dos EUA, junto do



eleitorado. Uma jogada política em que o caos funcionaria a seu favor.

ONU: eleição de novo Secretário-geral

Na mudança do responsável máximo da ONU, que acontecerá em 2026, é esperado que os países que constituem o chamado Sul Global, apresentem e apoiem um candidato oriundo da América do Sul, seguindo a regra da eleição. Também já corre pelos corredores diplomáticos a ideia de que chegou a hora de uma mulher ocupar as funções de Secretária-Geral da ONU, pela primeira vez na história desta instituição.

Tendo em conta o esvazia-

mento do papel que a ONU tem tido quer em Gaza quer na guerra da Ucrânia, os Estados-membros vão querer reforçar e recuperar o prestígio e papel da instituição, daí a importância desta eleição e a personalidade do próximo secretário-geral. Fala-se em nomes conhecidos pela firmeza e determinação, como a chilena Michelle Bachelet, a mexicana Alicia Bárcena, a primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, entre outras. Uma eleição decisiva para uma ONU que atravessa a crise mais profunda da sua história.

Eleições pelo mundo

2026 será também o ano em que 17 países africanos,

incluindo Cabo Verde, irão a votos (Benim, Camarões, Etiópia, Gâmbia, Marrocos, São Tomé e Príncipe, RD Congo, Djibuti, Líbia, Somalilândia, Sudão do Sul, Uganda, Zâmbia, Argélia, Sara Ocidental - no exílio), oito do continente americano (destaque para as eleições intercalares americanas e presidenciais no Brasil), 14 da região Ásia-Médio Oriente (destaque para Israel), 24 na Europa (incluindo Portugal, Rússia e França) e seis da Oceânia (incluindo Austrália). Um ano, portanto, em que a democracia será mais uma vez posta à prova diante do avanço das forças da extrema direita.

PUB



Neste tempo de paz, celebramos o que mais importa: pessoas, afetos e sonhos, que cada abraço seja destino e cada sorriso, partida. A Praiatour deseja Boas Festas cheias de encanto, emoção e viagens inesquecíveis.

Crescimento económico moderado em 2026, em cenário global de incertezas

Cabo Verde deve continuar a crescer de forma moderada em 2026, atrelado ao turismo que continua a ser o principal sector que, de forma transversal, vai dinamizando a economia. Para este novo ano, o último Relatório da Política Monetária do Banco Central de Cabo Verde, de Outubro, prevê um crescimento na ordem dos 4,8% em 2026, e de 5% em 2027, contra os 5,5% de 2025.

Gisela Coelho

Nos últimos meses de 2025, a actividade económica global evoluiu num contexto de redução das tensões comerciais e das incertezas internacionais, reflectindo o arrefecimento da guerra tarifária, conforme destaca o último Relatório de Política Monetária do BCV, sobre as projecções económicas já no horizonte 2026/27.

Neste contexto, o regulador projecta um crescimento da economia nacional de 5,5% em 2025 e 4,8% em 2026 (o que representa uma manutenção da projecção para 2025 e uma revisão em baixa de 0,2 pontos percentuais para 2026, face às projecções de abril de 2025) e 5% em 2027.

Segundo o BCV, esta desaceleração face aos 7,2% de 2024, deverá reflectir, em 2025, o menor contributo da procura interna, devido ao “abrandamento” do



consumo privado e ao “fraco crescimento do investimento”, enquanto, em 2026 e 2027, resultará sobretudo da redução do contributo da procura externa líquida, associada ao aumento das importações e ao abrandamento das exportações de serviços, particularmente do turismo.

Ainda segundo o mesmo documento, para 2026 e 2027, espera-se um abrandamento dos preços das matérias-primas não energéticas

e a manutenção de preços de energia em níveis reduzidos, o que deverá conduzir a uma diminuição da inflação média anual para 1,7% e 1%, respetivamente.

As projecções para 2025 e 2026, informa o BCV, foram revistas em alta em 0,6 e 0,3 pontos percentuais, face às projecções de Abril de 2025, refletindo a incorporação dos dados de inflação mais recentes e a revisão em alta dos preços internacionais dos produtos energéticos e

alimentares.

Contas externas e stock das reservas líquidas

Quanto às contas externas, numa análise comparativa, o BCV contextualiza que deverão evoluir favoravelmente em 2025, com o saldo da balança corrente a aumentar para 5,5% do PIB e a balança financeira a apresentar um aumento das entradas líquidas de financiamento, mas, para 2026 e

2027, o regulador diz que se antecipa uma “evolução menos favorável”, com o saldo da balança corrente a diminuir para os 4,5% e 2,9% do PIB, respectivamente, e uma redução das entradas líquidas de financiamento.

Assim sendo, o relatório aponta que o stock de reservas internacionais líquidas deverá aumentar para 955 milhões de euros em 2025, e 986 milhões em 2026, garantindo 7,9 e 7,6 meses das importações (face a 6,5

meses de importações em 2024), mas diminuir em 2027 para 966 milhões de euros, correspondentes a 6,9 meses de importações projetadas.

Dívida pública, uma preocupação contínua

Numa análise sobre as perspectivas económicas que o país deverá enfrentar em 2026, o consultor e economista Agnelo Sanches chama a atenção para a dívida pública de Cabo Verde. Como observa, a dívida pública será sempre uma preocupação para as finanças públicas, quando enfrenta-

mos rácios de endividamento para além dos limites de critérios de convergência.

“No caso de Cabo Verde, a maior preocupação tem sido quanto ao rácio stock Dívida/PIB, que, desde 2012, se situa acima dos limites máximos recomendados, para países como o nosso, de 80%. Quanto aos outros critérios, andamos abaixo dos limites, sendo mesmo assim necessários esforços de consolidação fiscal, no sentido de melhoramento dos indicadores, para o novo ciclo de mobilização de recursos para novos e estratégicos investimentos nas infraestruturas e na promoção do desenvolvimento económico e

social do país”, analisa.

Diversificar economia e promover competitividade

Instado sobre as medidas para alavancar a economia a curto prazo de forma a promover a estabilidade económica e desenvolvimento económico-social em 2026, aponta medidas de promoção da competitividade de forma transversal.

“Temos de continuar as medidas de consolidação fiscal e de mobilização de recursos nas modalidades concessionais e de investimentos focalizados na promoção,

com incentivos especiais do desenvolvimento nas ilhas de mercados diminutos, e na diversificação dos destinos turísticos no país, cobrindo todas as ilhas”. Aqui, continuará a ser determinante a materialização de uma política de transportes internos eficiente e capaz de dar resposta à demanda, em termos de fluxo de pessoas e mercadorias.

A par destas, aponta a necessidade de aposta nas medidas de diversificação económica, nomeadamente da promoção da economia azul, da agricultura e da indústria ligeira, mas também das indústrias criativas, tendo em conta que a falta de industrialização em Cabo Verde, conti-

nua a ser um calcanhar de Aquiles. Neste contexto, é imperativo apostar também no aumento do consumo turístico, na promoção de investimentos de não residentes, particularmente da diáspora cabo-verdiana.

“Para um desenvolvimento inclusivo, a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com enfoque na luta contra a pobreza e na gestão da transição demográfica, na descentralização e no combate às assimetrias regionais e no equilíbrio ambiental, devem constituir a prioridade da governação”, finaliza Agnelo Sanches.

Empresários insistem na reforma fiscal

Para os empresários, 2026 vai continuar a ser um ano desafiante, especialmente porque há questões antigas que persistem e que têm a ver com reformas profundas para promover a competitividade das empresas nacionais. Marcos Rodrigues, presidente da Câmara de Comércio de Sotavento (CCS) realça que houve uma “certa dinâmica económica nacional” em 2025, mas espera muito mais para 2026.

“Os privados”, começa por dizer, “entendem que poderia desenvolver muito mais se algumas medidas profundas fossem tomadas nas questões das reformas fiscais, por exemplo, laborais. E poderia trazer uma nova dinâmica e se as instituições públicas também funcionassem numa sincronização perfeita. Poderíamos estar com uma taxa de crescimento muito melhor”.

Já os empresários internacionais, salienta, “começam a perceber que Cabo Verde tem muito para dar e pode oferecer oportunidades de retorno muito significativo. O que é preciso são as reformas profundas que já há muito tempo se fala em Cabo Verde que ainda não foram introduzidas em algumas áreas económicas e também na questão laboral”.

Igualmente, o presidente da CCS aponta a necessidade de simplificação dos processos de investimento. “Há muitos departamentos em Cabo Verde que tratam de questões que têm a ver com o investimento e que, muitas vezes, são penalizadores devido ao tempo que levam para as decisões. Existe, efetivamente, um corredor muito grande de direções que muitas vezes acabam

por complicar o processo das decisões e, isto, é nefasto para o tecido empresarial privado que quer rapidez e clareza em relação aos processos”.

No que concerne a essas reformas, Marcos Rodrigues admite que “é preciso ter uma coragem política” para a fusão de algumas direções e de algumas instituições, e, também, adverte que há institutos a mais. “Há demasiadas portas abertas para o processo do investimento, mais burocracia e mais morosos se tornam os processos”.

Vantagens competitivas do turismo

O sector do turismo, garante foi o mais dinâmico em 2025 e deverá continuar a ser em 2026. Mas, mesmo este sector, alerta, precisa de ser apoiado pela maior eficiência na questão dos transportes interilhas aéreos e marítimos. Além disso, defende que é preciso tirar proveito das chamadas vantagens competitivas.

“Podemos beber um pouco o conhecimento adquirido, por exemplo, em toda a região da Macaronésia, das Canárias, os Açores e a Madeira e compreendermos quais foram as vantagens competitivas em que eles investiram para se poderem posicionar e, hoje, ter, enfim, regiões com bastante desenvolvimento. O caso das Canárias, que atingiu praticamente a carga máxima no turismo e que pode ser uma vantagem para Cabo Verde, nós temos que explorar isso, porque pode haver uma deslocalização de investimento para Cabo Verde. Nós ainda temos muito a crescer e podemos oferecer muito mais”, defende.



As empresas é que pagam a factura

Mas, para que isso aconteça, garante que é preciso “fazer reformas profundas”, em termos fiscais. “Existe aqui um problema profundo, que é a questão das taxas que são criadas todos os anos, aparecem algumas taxas, e essas taxas quem as paga são as empresas. E as empresas acabam por não resistir muitas vezes a estas decisões, que, muitas vezes, são decisões que saem dos gabinetes, sem ouvir o tecido empresarial, e que acabam por condenar, de certa forma, os investimentos”.

Questionado se o Orçamento de Estado de 2026 satisfaz aos empresários, garante que se trata de um “orçamento de estabilidade” e “não é um orçamento disruptivo”. “É um orçamento de que dá segurança aos financiadores internacionais, aos doadores, e que oferece algumas garantias

de continuidade. Não encontramos no Orçamento algo que pudesse ser estruturante do ponto de vista, por exemplo, dos transportes interilhas, que é uma questão gritante, assim como a questão da energia. Não aparece no Orçamento essa responsabilização desses dois setores críticos”, lamenta.

Quanto à emigração de recursos humanos, argumenta que é preciso ver para além da questão dos baixos salários, e apostar na qualidade de vida das pessoas. Ou seja, áreas como a saúde, educação e segurança, são no seu entender, determinantes para a fixação de recursos humanos e combate à emigração em massa, que, como se sabe, afectou todas as áreas de forma transversal, mas, especialmente, o turismo, agricultura e até construção civil. Questões a se ter em conta em 2026, a bem do desenvolvimento económico. GC

Low costs abrem novas possibilidades aos pequenos negócios em 2026



Amílcar Aristides Monteiro, consultor em políticas públicas e desenvolvimento e um entusiasta e analista do turismo das ilhas, não tem dúvidas do impacto positivo que as low costs vieram trazer para a dinâmica económico do país. Acredita inclusive, que pode trazer mudanças muito mais positivas em 2026 se o país empreender medidas mais assertivas.

“Com a entrada das low costs, estamos a assistir à mudança do paradigma do turismo que tínhamos em Cabo Verde. Continuará a ser maioritariamente concentrado no Sal e na Boa Vista, mas o gargalo que existia anteriormente expande-se claramente para todas as ilhas. A ilha de Santiago que recebia menos de 10% dos turistas e cerca de 4% das dormidas está agora bem posicionada para receber muito mais gente”, observa.

Além disso, como enfatiza, é esperado que o perfil do turista que chega através das low costs seja um turista com preferências urbanas que escolhe os pequenos estabelecimentos e que consome diretamente da oferta local e que, portanto, gera efeitos multiplicadores positivos na economia dos municípios.

“Para quem acompanha o desenvolvimento da economia do turismo, nas últimas duas décadas, a entrada das low costs é um marco significativo e representa

Tudo aponta que Cabo Verde deve ultrapassar, este ano, os cerca de quase 1,2 milhões de turistas acolhidos em 2024 (representando uma variação positiva de 16,5%, face a 2023). Transavia, Easyjet e Edelweiss vieram trazer um “boost” nas ligações aéreas a preços mais competitivos nas ligações com a Europa (e não só) e Praia, São Vicente, Sal e Boa Vista e devem continuar a impulsionar o Turismo em 2026.

Gisela Coelho

uma lufada de oxigênio para os pequenos negócios que vêm investindo significativamente em serviços, equipamentos, mas conviviam com uma taxa de ocupação e de consumo muito baixa que limitavam o retorno do capital investido”.

Expansão de consumo no mercado local

Ou seja, na prática, a taxa de ocupação de estabelecimentos hoteleiros fora do eixo Sal-Boavista era de 14%, em 2024, o que era claramente insuficiente para justificar o investimento dos operadores que atuam

na cadeia de valor do turismo. Cenário que agora tem tudo para mudar.

“Com a chegada dos turistas independentes, os operadores têm oportunidade de começar a recuperar o capital investido e há, nitidamente, uma expansão do mercado de consumo local a nível de serviços que competem a nível do alojamento, restauração, transportes e entretenimento”, analisa.

Ou seja, com as low costs e turistas com este perfil, há um aumento de demanda sobre os serviços básicos, o que traz, também, desafios. “Pelo que é importante ter em conta que turismo não é uma atividade neutra, que traz

benefícios, sem dúvida, mas que também requer respostas antecipadas sobre a capacidade de resposta da infraestrutura de serviços públicos disponíveis e que em última instância deve-se garantir que os residentes não perdem qualidade de vida em favor dos visitantes”.

Turismo sustentável

Neste contexto, chama a atenção que existem vários exemplos no mundo de cidades que estão a ser fortemente afetadas pelo boom do turismo e que revertem políticas de hospitalidade e criam limites na procura

para garantir a normalidade na vida nas cidades.

“Falamos durante décadas sobre a necessidade de se implementar políticas públicas de turismo sustentável e parecia uma retórica sem eco junto às forças políticas ou à sociedade civil. No actual cenário, penso que vai ficar evidente que a demanda tem de ser gerida de forma a garantir determinados equilíbrios e mitigar ameaças que acompanham a demanda turística, nomeadamente, em termos de habitação, onde o fenómeno conhecido por gentrificação já acontece cá, nomeadamente no Platô, na cidade da Praia e em Santa Maria, na flutuação dos preços de produtos básicos e alimentares, e em dezenas de outros aspectos fundamentais, seja na segurança urbana, no tratamento do lixo, na poluição sonora, na circulação rodoviária e, outros aspectos da vida urbana, que quem paga impostos localmente, tem inequivocamente direitos inalienáveis”, alerta.

Contudo, se o país não adotar uma política de sustentabilidade, a dependência do turismo deixa o país exposto a uma série de ameaças, pelo que se deve investir numa base sólida de produção local e de diversificação da actividade económica. GC

A Nação
Cabo Verde

alfa rádio
A diferença na arte de Comunicar

α@ Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar



PACOTES PUBLICITÁRIOS

Pacote Diamante - 95.000,00

1 página - Publicidade Revista
1 página - 2 edições no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Pacote Ouro - 55.000,00

1/2 página - Publicidade Revista
1/2 página - 2 edições no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Pacote Prata - 35.000,00

1/4 página - Publicidade Revista
1/4 página - 2 edição no jornal
1 Spot - 30 dias na Rádio

Preços com IVA incluído
Esta campanha é válida de
01 de Dezembro de 2025 a 31 de Janeiro de 2026

Telefone: (+238) 260 26 90/91
Email: comercial.grupoalfacv@gmail.com
Site: www.anacao.cv

f o t v
anacaocaboverde

São Vicente

Um ano para reerguer a ilha do Monte Cara



Num ano de eleições legislativas, os empresários encaram 2026 com prudência e ambição. O turismo continua a ser o motor da economia local, mas surgem novas oportunidades em energias renováveis e comércio digital. A iniciativa privada procura alinhar-se com os incentivos previstos no Orçamento de Estado, mas aguarda pela definição política para avançar com investimentos de maior escala.

“Se houver estabilidade, vamos apostar em novos pacotes turísticos culturais, porque São Vicente tem tudo para se afirmar como destino internacional”, afirma Manuel Lima, operador turístico que há anos organiza pacotes ligados ao Car-

Tratando-se 2026 de um ano eleitoral, São Vicente continua a jogar um papel importante no xadrez político nacional. O Orçamento do Estado, avaliado em 95,7 milhões de contos, reserva para a ilha investimentos estratégicos que vão desde a modernização das infraestruturas portuárias e hospitalares até programas de formação profissional destinados a milhares de jovens. Porém, como sabemos, nem sempre promessa é dívida.

João A. do Rosário

naval e ao Festival Baía das Gatas. 2026 é por isso encarado por ele com optimismo moderado. “Vai ser o período de novas promessas, novos compromissos, estaremos cá para ver” afirma.

Os comerciantes, por sua vez, esperam que os programas de empreendedorismo dinamizem o consumo in-

terno. “O Governo fala em apoiar dois mil projectos, espero que pelo menos uma parte chegue a nós, pequenos lojistas, porque precisamos de crédito acessível e de clientes com poder de compra”, comenta Maria Andrade, proprietária de uma mercearia no centro do Mindelo.

Jovens à espera

Já os jovens vêem nos programas de formação e estágios uma oportunidade concreta, numa altura em que a emigração se mostra atraente. Afinal, estima-se que parte dos 11 mil beneficiários nacionais de cursos e capacitações profissionais

seja integrada em centros do Mindelo, enquanto cerca de 2 mil cidadãos, terão acesso a estágios, muitos deles em empresas locais.

O Executivo prevê ainda apoiar 2 mil projectos de empreendedorismo, com impacto directo em pequenos negócios e startups, e conceder incentivos à contratação para 250 empresas, incluindo operadores turísticos e comerciais que sustentam grande parte da economia insular.

“Se conseguir um estágio numa empresa de tecnologia, posso ficar em São Vicente e não emigrar. É disso que precisamos: oportunidades reais”, diz Cláudio, estudante finalista de informática, que já viu vários colegas a procurar outros destinos, fora de



São Vicente, para singrarem na vida.

Reerguer São Vicente

Por sua vez, a Câmara Municipal de São Vicente delineou para 2026 um plano de requalificação urbana, mobilidade e apoio às associações culturais e desportivas. A aposta passa por aproximar os serviços públicos das comunidades, valorizar os bairros periféricos e reforçar a identidade cultural da cidade do Mindelo.


A reconstrução de infraestruturas degradadas e a modernização de equipamentos desportivos são prioridades assumidas, com verbas destinadas à renovação da frota de transportes públicos e à reabilitação de património histórico. Há, além disso, parte dos estragos causados pela tempe-

tade de Agosto ainda por resolver.

“O campo de futebol do bairro precisa de obras urgentes, e dizem que está no orçamento municipal. Se for verdade, será uma vitória para os jovens”, afirma João Carlos, dirigente de uma associação desportiva, em conversa com A NAÇÃO.

A reconstrução em São Vicente será tanto física como simbólica. O município prevê reabilitar edifícios coloniais e espaços culturais, modernizar infraestruturas desportivas e investir em proteção ambiental, com destaque para a defesa costeira e valorização dos recursos marinhos. Trata-se de um processo que pretende devolver confiança aos mindelenses e renovar a imagem da ilha sem perder a sua alma, reafirmando São Vicente como centro cul-

tural e desportivo de Cabo Verde. Os cinco dias de festa do fim de ano, tão criticados por vários cidadãos, ao que parece, não demoveram os milhares de festeiros que comparecem ao chamado de Augusto Neves para celebrar a “resiliência” dos mindelenses.

“Reconstruir não é só levantar paredes, é dar esperança às pessoas”, resume Rosa, moradora da zona da Ribeira Bote. Num ano eleitoral, a iniciativa privada terá de decidir se acompanha o ritmo da reconstrução ou se aguarda pela estabilidade política. Certo é que a Ilha do Monte Cara continua a ser chamada a desempenhar um papel estratégico no futuro do país, equilibrando tradição e modernidade, cultura e economia, esperança e responsabilidade. 

PUB



Ministério
das Finanças

Direção Nacional de Receitas do Estado

Pedir fatura com NIF: um gesto pequeno, com impacto grande

A cidadania fiscal começa nas pequenas escolhas do dia a dia

Quantas vezes faz compras no mercado, num salão de beleza ou numa loja de bairro e sai sem pedir a fatura com NIF?

O que parece um gesto simples e sem consequências pode fazer uma grande diferença para o país. Ao pedir a sua fatura com NIF, está a garantir que o imposto associado àquela compra entra nas contas do Estado e se transforma em benefícios para todos: mais investimento em escolas, hospitais, estradas e serviços públicos.

A Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE) lançou uma nova edição do sorteio “Fatura da Felicidade” precisamente para lembrar que a cidadania fiscal começa nos gestos do dia a dia. Pedir fatura com NIF não é só um direito – é uma forma de construir um Cabo Verde mais justo, moderno e com oportunidades para todos.

A fatura com NIF que pedimos, nas diversas compras que fazemos durante o dia, serve como comprovativo da transação, protege o consumidor e ajuda a combater a evasão fiscal e a informalidade económica. Este simples pedaço de papel garante transparência, responsabilidade e justiça fiscal.

Saiba mais sobre o sorteio em: <https://felicidade.efatura.cv/>

Da próxima vez que comprar algo, lembre-se: a sua fatura com NIF conta – e o país agradece.

Os seus impostos constroem o que é de todos: Cabo Verde.





2026, o ano de consagração mundial do desporto cabo-verdiano

O primeiro teste internacional de Cabo Verde neste ano que ora começa está a cargo da selecção cabo-verdiana de andebol sénior masculina, integrante do Grupo D do Campeonato Africano das Nações, CAN 2026, que se realiza de 21 a 31 de Janeiro, no Ruanda, com as congéneres de Marrocos, Congo e Benim.

Neste momento e até ao dia 03 de Janeiro, a equipa cabo-verdiana encontra-se em estágio de preparação em Ansião, Portugal, com foco na CAN 2026. Orientada pelo sérvio Ljubomir Obradovic, a equipa é constituída pelos seguintes atletas:

Leandro Semedo do Puente Genil (Espanha), Delcio Pina do Clube Marítimo (Portugal), Celso Tavares e Carlos Chantre do ASA Stars (Cabo Verde), João Furtado do CB Burgos (Espanha), Gil Baiano do Juve Lis (Portu-

O ano começa com a disputa do CAN 2026 em andebol, com início dia 21 de Janeiro, em Kigali, Ruanda. A partir de 17 de Março, em Marrocos, as “meninas” de “Nita” disputarão o seu primeiro CAN, e 16 de Junho, às 15h, o jogo mais aguardado de todos, os comandados de Pedro “Bubista” estreiam no Mundial de futebol, frente à poderosa Espanha, em Atlanta, nos EUA. Para o basquetebol nacional 2026 é ano de qualificação ao Mundial 2027.

Tiago Ribeiro

gal), Edivaldo da Luz do FC Porto (Portugal), Luís Fortes do Garridos SD (Cabo Verde), Bruno Landim, Rafael Andrade do Vitória SC (Portugal) e Edmilson Araújo do Istres Provence (França).

Pódio no andebol é o “mínimo”

Ângela Lima, presidente da Federação Cabo-verdiana de Andebol, salientou que essa modalidade é actualmente um dos pilares do

desporto nacional e assegura que estão criadas “todas as condições dignas” para a participação da equipa, tanto no estágio como na competição africana. Ângela vai mais longe e diz que alcançar o pódio no CAN 2026 “é o mínimo”.

“A nossa selecção está preparada. Já alcançamos o segundo lugar e esse é, no mínimo, o objectivo que vamos defender. Trabalhamos para atingir sempre o topo”, afirmou.

Primeira participação numa CAN para o futebol feminino

Apesar de ainda não se saber o calendário e o grupo em que Cabo Verde estará, a verdade é que já se anseia ver as “meninas” de Silvéria Nédio “Nita” no maior palco do futebol africano pela primeira vez na história das nossas Tubarões Azuis.

Cabo Verde, recorde-se, qualificou-se à fase final após vencer o Mali por 4 a 2 em jogo a contar para a segunda-

-mão da segunda eliminatória de qualificação ao CAN 2026, em Outubro de 2025.

A 16ª edição da CAN feminina vai ser disputada nos Marrocos, de 17 de março a 3 de abril de 2026.

A par de Cabo Verde estarão mais 15 selecções, após aprovação pelo Comité Executivo da Confederação Africana de Futebol (CAF) pela expansão da Taça das Nações Africanas Feminina, uma novidade para esta edição já que normalmente são apenas 12. As restantes selecções são Marrocos (país anfitrião), Zâmbia, Tanzânia, Malawi, Argélia, Nigéria, Gana, Burkina Faso, Quênia, África do Sul, Senegal, Camarões, Costa do Marfim, Mali e Egito.

De realçar que o Campeonato Africano das Nações também serve como qualificação continental para o Campeonato do Mundo Feminino da FIFA 2027, no Brasil.



Governo atribui prémio de 10 milhões de escudos à Selecção Nacional Sénior Feminina de Futebol

O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, a atribuição de um prémio monetário no valor de 10 milhões de escudos à Selecção Nacional Sénior Feminina de Futebol, em reconhecimento pela qualificação histórica para a fase final do Campeonato Africano das Nações (CAN).

O prémio estende-se também à equipa técnica, ao pessoal de apoio, à Federação Cabo-verdiana de Futebol e a todos os que contribuíram para este marco histórico,

“reafirmando o compromisso com o fortalecimento do desporto feminino e com a criação de condições para que Cabo Verde continue a alcançar resultados de destaque a nível continental e internacional”.

A resolução estabelece que o prémio tem como finalidade atribuir mérito desportivo, reforçar a motivação da selecção feminina e incentivar a sua representação de excelência de Cabo Verde nas competições internacionais.

Basquetebol

Cabo Verde quer estar no Mundial pela segunda vez consecutiva

O ano de 2026 será muito importante para os pupilos de Emanuel “Mané” Trovoada já que é ano de qualificação ao Mundial 2027. Verdade seja dita, a qualificação começou ainda em 2025, com a primeira janela de qualificação no mês de Novembro na Tunísia.

Cabo Verde está no Grupo A com as congéneres do com Sudão do Sul, Camarões e Líbia.

Neste momento, Cabo Verde está na liderança partilhada do Grupo A, com Sudão do Sul e Camarões, com os mesmos cinco pontos após duas vitórias em três jogos na primeira janela

de qualificação. A próxima janela terá lugar em julho de 2026.

Cabo Verde participou, pela primeira vez na sua história, no Mundial de basquetebol de 2023, realizado no Japão, Filipinas e Indonésia e na Nova Zelândia. O país fez história em 2023, com a vitória sobre a Venezuela por 81-75, o nosso país conquistou a primeira vitória de sempre do menor país do Mundo a disputar um mundial da modalidade.

A selecção cabo-verdiana terminou a sua participação no Mundial da modalidade na 28ª posição entre 32 selecções participantes na competição.

Preparação Mundial 2026

Cabo Verde enfrenta Chile, Nova Zelândia e Finlândia

Os jogos de preparação de Cabo Verde rumo ao Mundial 2026 serão realizadas em mais uma edição do Torneio FIFA SERIES, desta feita na Nova Zelândia, em Março de 2026. Além da anfitriã que também estará no Mundial, Cabo Verde terá pela frente as congéneres do Chile e da Finlândia.

Para Mário Semedo, presidente da Federação Cabo-verdiana de Futebol, em entrevista à RCV, Chile, Nova Zelândia e Finlândia são adversários “de peso” e importantes para avaliar o nível competitivo dos Tubarões Azuis.

“Trata-se de uma excelente oportunidade. Vamos enfrentar seleções fortes, o que permitirá testar a nossa

equipa e preparar melhor os desafios que se avizinham”, afirmou.

Semedo ressaltou ainda que o torneio constitui “um teste relevante” para a Selecção nacional, tanto do ponto de vista técnico como tático, reforçando a ambição de Cabo Verde em consolidar o seu crescimento no futebol internacional.

Pedro Leitão “Bubista”, seleccionador nacional, recentemente antecipou jogos difíceis para o combinado crioulo no Mundial, mas pediu “confiança” a todo o “povo cabo-verdiano espalhado pelo mundo”. Lembrou, a propósito, que os Tubarões Azuis também não eram favoritos na qualificação africana, em que ultrapassaram Camarões. Portanto,

continuou Bubista, é hora de colocar “as mãos à obra para todos os cabo-verdianos ficarem satisfeitos”.

O calendário de Cabo Verde no Mundial 2026

Cabo Verde está o Grupo H com as selecções nacionais da Espanha, Arábia Saudita e Uruguai. O nosso primeiro jogo será contra os campeões mundiais de 2010, a Espanha, no dia 15 de Junho, às 15 horas, no Mercedes-Benz Stadium, na Cidade de Atlanta, Geórgia.

A segunda partida será frente ao Uruguai, 21 de Junho, às 21h, no Hard Rock Stadium, Miami Gardens, na

Flórida.

O terceiro e último jogo da fase de grupos será frente à Arábia Saudita, 26 de Junho, às 23h, no NRG Stadium, Houston Texas, Texas.

As selecções jogarão uma vez contra cada adversário da fase de grupos, e as nações que terminarem em primeiro e segundo lugar em cada um dos 12 grupos garantirão automaticamente sua vaga no mata-mata. As oito melhores terceiras colocadas também passarão aos duelos eliminatórios.

As equipas em terceiro lugar serão avaliadas pelos pontos acumulados, com a diferença de golos, golos marcados e, em seguida, o histórico disciplinar servindo como critérios de desempate, nessa ordem.



Paulo Mendes*

Entre dias

Não se brinca com a Democracia

Eram perto das 21h da noite de 25 de fevereiro de 2001 quando fiquei a saber dos resultados das eleições presidenciais. Quando quero explicar a um estrangeiro o orgulho que sinto na democracia cabo-verdiana, dou sempre o exemplo desse momento histórico: Carlos Veiga perdeu para Pedro Pires por apenas 12 votos. Doze votos numa diferença de 0,01 pontos percentuais.

Numa margem tão estreita, em qualquer outro país – mesmo entre democracias mais antigas e aparentemente consolidadas – teríamos assistido a impugnações, contestações judiciais intermináveis, manifestações de rua, talvez até episódios de violência. Mas não em Cabo Verde. Carlos Veiga, num gesto de grandeza cívica que honra toda a nação, aceitou o resultado. Reconheceu a derrota sem exigir recontagens e sem alimentar dúvidas. O país ganhou com este gesto.

Aquele momento, à semelhança de tantos outros, definiu-nos muito. Mostrou ao mundo e a nós próprios que a nossa democracia não é apenas formal, de papel, mas profundamente enraizada no carácter e na cultura cabo-verdiana. A estabilidade democrática de Cabo Verde não é um acaso – é uma conquista coletiva, construída dia após dia, eleição após eleição, com a maturidade de quem sabe que a democracia exige mais do que votar: exige saber perder, saber ganhar e, sobretudo, saber colocar o país acima de tudo.

É por isso que a nossa democracia, nascida há pouco mais de três décadas, é motivo de legítimo orgulho e exemplo para muitos outros, incluindo nações com séculos de história democrática.

Mas nada é garantido. É justamente por isso que trago o exemplo das eleições de 2001 para enquadrar a minha preocupação – que julgo ser de muitos cabo-verdianos – sobre sinais que ameaçam minar o funcionamento normal da nossa democracia, nomeadamente a separação de poderes e a desejável e necessária independência, em particular, da justiça.

Para os mais distraídos, convém recordar: hoje, Portugal tem um novo Governo com uma agenda fortemente influenciada pela extrema-direita porque a então Procuradora-Geral escreveu um parágrafo que obrigou o primeiro-ministro António Costa a pedir demissão. Passado pouco tempo, Costa está a presidir o Conselho Europeu.

Todavia, quase dois anos depois, o processo continua sem acusação nem arquivamento, António Costa nunca foi constituído arguido, e a então procuradora está, neste momento, a gozar a sua reforma. Parece que ficou tudo bem. Mas foi um parágrafo que condicionou profundamente o país, onde o PS tinha todas as condições políticas – maioria parlamentar absoluta – para fazer as reformas necessárias. Muito dificilmente, e perante a nova distribuição tendencial dos votos, se conseguirá, nos tempos mais próximos, ter uma maioria semelhante que permita reformas estruturais.

Não estou a defender impunidade para ninguém. Estou a defender proporcionalidade, rigor e, acima de tudo, consciência institucional do impacto que determinadas decisões e comunicações públicas têm na vida política de um país.

Quero ter uma grande confiança no nosso poder judicial e uma firme convicção de que não existe uma agenda escondida. A credibilidade de um poder judicial depende da sua capacidade de discrição e da imparcialidade, real e percebida.

A melhor forma que o próprio Ministério Público tem para dissipar dúvidas e mitigar sinais de eventual falta de independência é justamente ter uma comunica-

ção transparente, fundamentada e consciente da responsabilidade que lhe cabe na preservação da democracia cabo-verdiana. Porque com a democracia não se brinca e o poder judicial tem uma responsabilidade acrescida nesta vigilância.

Mundial 2026: uma conquista de muitos

A qualificação de Cabo Verde para o Mundial de 2026 é, sem dúvida, um acontecimento ímpar na nossa história coletiva. Hoje, muitos reivindicam este mérito, a começar pelo próprio Governo. É verdade que este feito não é desligado de políticas públicas concretizadas ao longo dos anos. Mas essa conquista tem outros protagonistas, tantas vezes esquecidos nos discursos oficiais.

Falo dos dirigentes associativos que, com muito amorismo mas imenso amor à camisola, com sacrifícios pessoais incalculáveis, fazem o desporto cabo-verdiano acontecer.

Mário Semedo, o Presidente da Federação Cabo-Verdiana de Futebol, personifica este esforço de centenas de dirigentes associativos que, de Santo Antão à Brava, em contextos muitas vezes difíceis, fazem o milagre acontecer semana após semana.

Se hoje celebramos esta conquista histórica, devemos prestar a nossa gratidão, também e sobretudo, a estes abnegados construtores silenciosos do desporto nacional.

In Memoriam: três vidas que honraram Cabo Verde

Quero aqui lembrar três pessoas que nos deixaram em 2025 e que merecem a nossa memória grata.

Preta, o incansável promotor do boxe cabo-verdiano. O desenvolvimento desta modalidade em Cabo Verde deve-se muito ao trabalho que ele desenvolveu ao longo de décadas. A sua dedicação deixou um legado que continuará a formar campeões e, mais importante ainda, a formar caráter. A minha ho-

menagem sentida.

Per Tamm – poucos estrangeiros deixaram em Cabo Verde um legado tão profundo como o médico sueco Per Tamm, falecido em outubro. O seu nome ficará para sempre ligado ao Projeto Materno-Infantil e Planeamento Familiar (PMI-PF), lançado em 1977, que transformou radicalmente a saúde pública cabo-verdiana. Mas Per Tamm era também um apaixonado pela vida cabo-verdiana – em São Pedro, São Vicente, criou o Bar Bistro Santo André, um dos restaurantes mais interessantes e apreciados da ilha.

José Filomeno – todas as linhas são poucas para lembrar José Filomeno. Um homem inteligente, lúcido, diplomata nato e, sobretudo, um amante da vida e das pessoas. Quando a vida nos priva de uma pessoa como o José Embaixador, ficamos com a urgência de viver intensamente e de contribuir, como ele fez, para o desenvolvimento do nosso país. A sua ausência deixa um vazio, mas o seu exemplo permanece.

São Vicente: e agora?

Na madrugada de 11 de agosto de 2025, chuvas torrenciais assolaram a ilha de São Vicente. Sete pessoas morreram nesta tragédia, famílias perderam tudo, a cidade ficou devastada.

Passados meses, é necessário e urgente perguntar: onde estamos agora? O que está efetivamente a ser feito pela autarquia para garantir que isto não volte a acontecer? Duas prioridades saltam à vista e exigem ação imediata, não promessas:

Primeiro: o Plano Diretor Municipal da ilha. Não pode continuar a ser um documento que existe apenas no papel. É preciso implementação real, fiscalização rigorosa e coragem para impedir construções em zonas de risco, mesmo quando isso é politicamente inconveniente.

Segundo: equipamento meteorológico adequado que permita a ativação antecipada de mecanis-

mos de prevenção. Não podemos continuar a depender da sorte. Sistemas de alerta precoce, radares meteorológicos, protocolos de evacuação – tudo isto é possível e necessário.

São Vicente merece respostas, não silêncio. As vítimas de agosto merecem que a sua tragédia não tenha sido em vão.

A minha sugestão de leitura

Estamos a viver uma situação de polarização extrema em Cabo Verde, com um sentimento cada vez mais presente de que a vida das redes sociais é mais importante do que a vida real. Mas não é. Enquanto nos perdemos em guerras de comentários e discussões estereis nas redes sociais, esquecemos o essencial.

Em cada pedaço do nosso país, temos homens e mulheres que precisam de mais e melhor transporte, de mais e melhor educação e saúde, de melhores rendimentos e de oportunidades reais para construir uma vida digna. São essas pessoas – não as polémicas fabricadas – que merecem a nossa atenção e o nosso melhor esforço coletivo.

Fazendo a ligação com o primeiro ponto deste artigo, sobre a importância de preservar as instituições democráticas, sugiro uma leitura essencial: “Porque Existem Nações Pobres e Ricas”, de Daron Acemoglu e James Robinson. A resposta que os autores apresentam, depois de décadas de investigação, é simultaneamente simples e profunda: instituições fortes.

Não é a geografia, não são os recursos naturais, não é sequer a ajuda externa que determina se um país prospera ou estagna. São as instituições – políticas, judiciais, económicas – que funcionam, que são transparentes, que são independentes e que protegem direitos. Instituições onde a democracia não é apenas fachada, mas prática quotidiana.

*Sociólogo



Marciano Ramos Moreira*

N dexa kes otu tudu ba interu!

Nu ben konta partis

Era un bes na Republika di Banana, organizadu kanpionatu mundial di boksi. Partisipantis di kanpionatu staba nun apart-otel. Partisipantis di kanpionatu staba agrupadu 3, 3 pa apartamentu. Kada apartamentu, tipu duplexi, tenba: na pizu di riba, 3 kuartu ku kaza di banhu individual; i, na pizu di baxu, sala di vizita i kuzinha.

Na un di kes apartamentu, podu 3 atleta: 1 Kabuverdianu, 1 Japunes i 1 Purtuges. Kantu enpregadu di otel leba-s pa apartamentu, aviza-s:

- Kuartus di es apartamentu ta kustuma ten furmiga. Nhos debe toma pruvideosias.

- Ka nhu fadiga, N ben priparadu. – kudi Japunes.

Kes otu 2 (Kabuverdianu i Purtuges), un poku trapad-jadu ku kuza ki Japunes fla, faze sinal pa enpregadu di otel ka fadiga.

Na palmanhan di dia siginti, Kabuverdianu, Japunes i Purtuges nkontra, na ora kombinadu, na kuzinha pa toma kafe. Dentu kel, txiga enpregadu di otel pa ben traze pikenu-almosu:

- Bon dia! Kafe!

- Bon dia! Obrigadu! – ospidis faze koru.

- Furmiga ka xatia-nhos di noti? – purgunta enpregadu.

- Nau! – ospidis faze koru.

- Stranhu! Desdi ki N sa ta trabadja nes apart-otel li, es e primeru bes ki ospidis ka sa ta kexa di furmiga! Furmigas ta morde-s, ka ta dexa-s durmi noti. Es ta manxe ku korpu xeiu di sinais di pikadas!

Ospidis labanta kamiza pa enpregadu pode konfirma ma ses korpu ka tene sinais di pikadas. Kantu enpregadu odja ma ospidis ka teneba sinais di pikadas di furmiga, enpregadu purgunta:

- Mas ki pruvideosias ki nhos toma propi?

Primeru risponde Japunes:

- Ami, N ben di nha tera ku insetisida pabia, antis di N ben, N le txeu sobri es pais, di manera ki N sabeba di es prublema di furmiga. Purtantu N fitxa tudu kabu, N pulveriza insetisida.

N sai, N dexa kuartu fitxadu duranti 15 minutu. Dupos, N bai, N abri tudu kabu, N torna sai, N dexa kuartu ventila duranti 25 minutu. Na fin, N bai pa kuartu, N fitxa tudu kabu, N deta. Duranti noti, N ka xinti nada ta perturba-m.

- Odja Japunes ku se di-

siplina! Nes storia, bu perde un monti di tenpu ta le la Japon i ta spera li na Republika di Banana pa bu kunsu durmi. Mi, N ka perde ninhun minutu. Tenpu, N meste pa treina, Japunes! Nos, Purtugesis, nos e bon na inpruvida! Kantu N fladu di es prublema di furmiga, N disidi ka toma banhu nes ultimus dia antis di N ben pa Republika di Banana. I prontu! Kantu N tra bota, xule toma kuartu! N odja furmigas, na fila indianu, ta sai numa forsa! Es sai moku!

- Anos, Kabuverdianus, nos e rei di bon na diplomasia. Kantu N txiga kuartu, N fla furmigas mantenha ku tudu morabeza di Kabu Verdi. Furmigas fika intrigadu. Un furmiga purgunta-m:

- Abo e di undi propi?!

- Kabu Verdi.

- Kabu Verdi?! Nunka N obi ta fladu di es pais li. Undi ki el ta fika?

- Kabu Verdi e un arkipelagu ki ta fika na meu di Atlántiku, frenti kel pontu mas osidental di Kontinenti Afrikanu.

- Ki prudutus ki nhos ta pruduzi na agrikultura?

- La, nu ka ta pruduzi nada. Kabu Verdi ta fika dianti di Dizertu di Saará –

maior dizertu di es planeta. Dja ten mas di 20 anu ki ka sa ta txobe dretu!

- Mas nhos ta vive di kuze?

- Nu ta vive di furmiga! Pabia disu ki N sta rei di sabi ku nhos! Oh, forti sabi!!! Dja N atxa txeu furmiga li na Republika di Banana! Nu ta nheme furmiga asadu timentis es sta berdi. Nu ta kume-s ilhadu na un kuza ki nu ta txoma frijidera! Nu ta kume-s piladu na un kuza ki nu ta txoma pilon. Nu ta kume-s muidu na un kuza ki nu ta txoma muinhu! Enfin, nu ta mete-s na bariga di tudu manera na kafe, almosu i janta.

Kabuverdianu kontinua ta da enpregadu di otel skla-resimentu:

- Kantu N kaba di splika kes furmiga nos gastronomia, es fika tudu ta treme di medu sima bara berdi! Kel ora me, un di kes furmiga da ataki, more seku rusu. Dupos di txeu negosiason diplomatiku, N dexa kes otu tudu ba interu!

Sapatinha ribera riba, sapatinha ribera baxu, kenha ki sabe mas, konta midjor!

Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

PUB

GRUPO ALFA

*Deseja / Wishes / Souhaite
Boas Festas e Feliz Ano Novo
Merry Christmas and Happy New Year
Joyeux Noel et Bonne et Heureuse Année*

Alfa-Comunicações
A diferença na arte de comunicar

A Nação
CASA VIVA

Prato cheio

Coxinha de liquidificador

Tempo: 1h30

Rendimento: 10 unidades

Dificuldade: fácil

Ingredientes

- 2 e 1/2 xícaras (chá) de leite;
- 2 xícaras (chá) de farinha de trigo;
- 2 colheres (sopa) de manteiga;
- 2 envelopes de caldo de galinha em pó;
- Leite gelado para empanar;
- Farinha de rosca para empanar;
- Óleo para fritar.

Recheio

- 2 colheres (sopa) de manteiga;
- 1 cebola picada;
- 2 dentes de alho;
- 1 tomate sem sementes picado;
- 3 xícaras (chá) de peito de frango cozido e desfiado;
- Sal, pimenta-do-reino e salsa picada;
- 1/2 xícara (chá) de requeijão cremoso tipo Catupiry.

Modo de preparo

1- Para o recheio, em uma panela, em fogo médio, derreta a manteiga e refogue a cebola e o alho por 3 minutos. Junte o tomate, o frango e refogue por 3 minutos. Tempere com sal, pimenta e salsa. Misture o requeijão e deixe esfriar.

2- Para a massa, bata no liquidificador o leite, a farinha, a manteiga e o caldo de galinha até homogeneizar. Transfira para uma panela e leve ao fogo mé-

dio, mexendo até formar uma massa homogênea e desgrudar do fundo da panela. Coloque sobre uma pedra para esfriar.

3- Pegue pequenas porções de massa e coloque um pouco do recheio. Modele a coxinha, passe pelo leite, pela farinha de rosca e frite em óleo quente. Escorra em papel-toalha e sirva em seguida, se desejar, decorando com salsinha.



Caça-palavras



Encontre artistas cabo-verdianos:

- SOLUÇÕES:
- LEO PEREIRA
 - TITO PARIS
 - DJODJE
 - HÉLIO BATALHA
 - GADALOMBA
 - GARRY
 - DJAM NEGUIN
 - KIKI LIMA
 - JUNE FREEDOM
 - CESÁRIA ÉVORA

Encontre sete diferenças



Talento

Jailson Miranda, conhecido artisticamente como Deejay Bimba, é um jovem de 22 anos natural de Calheta, São Miguel, apaixonado por ritmos versáteis e sonha em brilhar em grandes palcos de Cabo Verde e ser reconhecido mundialmente como mais um artista a representar a música cabo-verdiana.

Aos 14 anos, Jailson começou a se interessar pela música, influenciado pelo primo que tocava no computador. “Sempre que via o meu primo a tocar, a minha curiosidade aumentava. Sempre fui puxado pela

música e decidi seguir os toques e ritmos dele”, relembra.

Com 17 anos, Jailson fez o seu primeiro show profissional no Polivalente de Calheta, a convite de um amigo, uma experiência que segundo conta foi enriquecedora e inspiradora, tendo sido acolhido de braços abertos pelo público que lhe deu forças para prosseguir a carreira.

“Os munícipes da minha cidade sempre acreditaram no meu potencial e talento, e sou muito grato por isso”, disse.

Um dos seus shows mais marcantes foi no Tarrafal de

Santiago, no evento I Love Tarrafal, onde tem sido convidado regularmente.

No entanto, a música quase fez com que Jailson abandonasse os estudos, mas ele conseguiu ajustar o seu tempo e equilibrar as duas coisas.

Com um estilo que mistura afro house e afrotech, Jailson está a trabalhar em projectos próprios e a criar beats para que outros artistas possam atuar neles.

Claúdia da Cruz



Candidaturas à bolsa Cultura decorrem até ao dia 31 de Janeiro

De acordo com o Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas (MCIC), o processo de candidatura é realizado exclusivamente online, através de um formulário disponível no portal do Governo e na página oficial do Ministério da tutela no Facebook.

O programa BA-Cultura é uma política activa de financiamento de actividades múltiplas, cujo propósito é garantir que a população com menos recursos não fique excluída da “fruição da arte” e dar sustentabilidade às pequenas iniciativas nas escolas de ensino artístico, financiando as propinas dos alunos que são de famílias com baixo poder económico.

As candidaturas para o Programa Bolsa de Acesso à Cultura (BA-Cultura) para 2026 já estão abertas e decorrem até 31 de Janeiro. Com um orçamento global de 35 mil contos financiados pelo Tesouro, o programa destina-se a financiar várias formas de acção no campo da cultura.

A Nação

Sendo assim, através deste programa, o MCIC financia actividades como seminários ou aulas de iniciação artística (design, artes plásticas, dança, fotografia, música e linguagem corporal...) ou ligadas às indústrias criativas, promovidas por escolas particulares, associações ou organizações não-governamentais de cariz artístico cultural.

Em 2025, segundo o MCIC, o programa financiou 124 escolas, associações e organizações não governamentais beneficiando mais de 4.300 alunos em todo o território nacional com aulas de dança, música, pintura entre outros.



Acontece



• Virada de Ano, na Rubera SD, na Cidade de Várzea da Igreja, São Domingos, Santiago, hoje, 31 de Dezembro

• Réveillon no B.Leza com a Banda Monte Cara e Mário Marta, Lisboa, Portugal, hoje, 31 de Dezembro às 22h



• Festival WAUW no Largo Memorial Amílcar Cabral, na Cidade da Praia, Santiago, dia 03 de janeiro às 20h.

• Réveillon Falucho Paradise, Pedra Badejo, Santiago, hoje, 31 de Dezembro das 20h às 03h



• Show Nenny e Amigos no Residencial Djeu View, na Cidade da Praia, Santiago, dia 03 de Janeiro às 21h



Aconteceu...

• Concerto “Zeca Nha Reinalda - 50 anos de Carreira” na Assembleia Nacional, Cidade da Praia, sexta-feira, dia 26, às 20h.



MOAVE, O SABOR QUE DÁ *vida ao seu Natal*

Festas Felizes!



Classificados



Banco Comercial do Atlântico, S.A.
Sede: Praia
E-mail: bca@bca.cv
Capital Social 1.324.765.000\$00

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Exmos. Senhores,

Nos termos legais e estatutários, convocam-se os Senhores Acionistas do Banco Comercial do Atlântico, S.A. para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, no próximo dia **15 de Janeiro de 2026, pelas 15 horas e 00 minutos**, no Hotel Pérola, sito em Chã de Areia, Praia, Santiago, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. **Deliberar sobre a nomeação dos novos membros do Conselho de Administração, para o triénio 2026-2028;**
2. **Deliberar sobre a exoneração e quitação de responsabilidades decorrentes do exercício de funções dos administradores cessantes, com exceção dos casos de fraude, dolo ou negligência grave;**
3. **Deliberar sobre a nomeação dos membros da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações;**
4. **Deliberar sobre quaisquer outros assuntos conexos ou complementares aos pontos anteriores que se revelem necessários à transferência do controlo acionista.**

Para além da presente convocatória, será posta à disposição dos Senhores Acionistas, para consulta, na sede social da Sociedade, a documentação de suporte.

Os Acionistas poderão, na reunião da Assembleia Geral Extraordinária, exercer o seu direito de voto, de acordo com o previsto nos termos legais e estatutários da Sociedade.

Os Acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral Extraordinária, bastando, como instrumento de representação, uma carta assinada, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Caso a Assembleia não poder reunir-se na data marcada, por falta de representação do capital exigido por lei e pelo contrato de sociedade fica desde já fixado o dia 27 de janeiro de 2026, para a realização da Assembleia Geral, podendo deliberar validamente seja qual for o número de Acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.


Praia, 22 de dezembro de 2025
Miguel António Ramos
Presidente da Mesa da Assembleia Geral



REPÚBLICA DE CABO VERDE

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE FOGO

- JUÍZO CÍVEL -

= ANÚNCIO JUDICIAL =

REG. Nº59/JM/TJCSF/2024/25

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Ação Especial de Justificação Judicial, registados sob o nº 282/2025, movido pelos autores, **Deolinda Lopes**, casado maior de idade, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em São Filipe, Henrique Lopes, casado, maior de idade, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente nos E.U.A., **Emília Lopes**, solteira, maior de idade, residente nos E.U.A., **António Barbosa Vicente Lopes**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente nos E.U.A., **Alberto Barbosa Vicente Lopes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa da Conceição, concelho de São Filipe, residente nos E.U.A., **Eli-sangela Barbosa Vicente Lopes Andrade**, maior de idade, casada, nos E.U.A., e **Heloisa Manuela Barbosa Vicente Lopes**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em São Filipe, representados pelo Mandatário Judicial, Dr. Paulo Barbosa, advogado com escritório e residência nesta cidade, contra os RÉUS, Ministério Público, Interessados Incertos e Herdeiros Desconhecidos de Emília Ledo De Barros.

São citados os Réus - INTERESSADOS INCERTOS HERDEIROS DESCONHECIDOS DE EMÍLIA LEDO DE BARROS, com as seguintes advertências legais:

Para no prazo de DEZ DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, deduzirem, quando se julguem com melhor direito ou com direito igual ao daqueles a justificação judicial sobre o (s) prédio (s) infra discriminado (s), pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

“Prédio urbano coberto de betão, com uma sala, dois quartos, uma sala de estar, uma cozinha, um quintal e um lavabo, com área de 105,71m², localizado em Fonte Aleixo- São Filipe, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, confrontando a Norte com via pública, Sul com lote 172, Este com lote 173 e Oeste com via pública, inscrito na matriz predial urbana sob o número 6029/0.”

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida ação, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetuar-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 66º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

--- São Filipe, 10 de dezembro de 2025.

O Juiz de Direito

/Nilton José de Pina/



A Oficial de Diligências

/Janine Monteiro/



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO

“HOSPITAL DE CABO VERDE (HCV)” ILHA DE SANTIAGO

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**HOSPITAL DE CABO VERDE (HCV)**” do **proponente GOVERNO DE CABO VERDE** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 16 de dezembro a 30 de janeiro nos seguintes locais:

- Site www.maa.gov.cv
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal da Praia;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Santiago Sul.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semmedo@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 18 de dezembro de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /



Ministério da Agricultura
e Ambiente
Direção Nacional do Ambiente

ANÚNCIO

“MONSTER TRUCK – ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO” ILHA DO SAL

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “**MONSTER TRUCK – ALTERAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO**” para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 19 de dezembro a 23 de janeiro nos seguintes locais:

- Site www.maa.gov.cv
- Página de Facebook do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal do Sal;
- Delegação do Ministério da Agricultura e Ambiente Sal.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser entregues pessoalmente na Direção Nacional do Ambiente/Delegações ou enviados para o contato eletrónico: rosiana.semmedo@maa.gov.cv com conhecimento de Celestino.Barbosa@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 22 de dezembro de 2025

A Diretora Nacional do Ambiente

/ Ethel Fernandes Rodrigues /



REPÚBLICA DE CABO VERDE TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO FILIPE FOGO - JUÍZO CÍVEL = ANÚNCIO JUDICIAL = REG. N.º61/JP/TJCSF/2024/25

FAZ SABER que neste Juízo, correm termos uns autos de Ação Especial de Justificação da Qualidade de Herdeiros, registados sob o nº 301/2025, movido pela requerente, **Mária de Fátima Neves Cardoso**, maior, solteira, residente em Pé de Campo/São Filipe, e com mandatário judicial, **Dr. Manuel Roque Silva Júnior** e outros, advogado, com escritório e residência em São Filipe, contra os **RÉUS MINISTÉRIO PÚBLICO E INTERESSADOS INCERTOS**.

São citados os Réus – INTERESSADOS INCERTOS, com as seguintes advertências legais:

Para no prazo de VINTE DIAS, que começa a correr depois de finda a dilação de TRINTA DIAS, DEDUZIREM, QUANDO SE JULGUEM COM MELHOR DIREITO OU COM DIREITO IGUAL AO DAS REQUERENTES. A SUA HABILITAÇÃO, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial, cuja cópia encontra-se depositado neste cartório para ser entregue logo que for solicitado;

DO PEDIDO: “ADMITIR A PRESENTE AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO DA QUALIDADE DE HERDEIROS DECLARAR RECONHECIADOS COMO HERDEIRAS DO FALECIDO IVANDRO ELISEU LOBO MACEDO, AS MENORES, MAYA NEVES MACEDO E AGATHA RESENDE MACEDO, ESTA ÚLTIMA REPRESENTADA PELA MÃE JOAQUINA RESENDE BARROS.”

FAZ SABER ainda, de que é obrigatória a constituição de Advogado na referida ação, de que deverá no prazo de CINCO DIAS pagar o preparo inicial, sob pena de efetua-lo acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, a contar da data da entrega da contestação na Secretaria do Tribunal da Comarca do Fogo - São Filipe, nos termos do artigo 66º do Código das Custas Judiciais e que tem a faculdade para juntamente com a oposição, requerer o benefício de Assistência Judiciária, devendo este ser em requerimento autónomo e que poderá fazê-lo em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação, solicitando a designação de um Advogado, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, dias, contados da citação.

São Filipe, 22 de dezembro de 2025.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ JUÍZO CÍVEL ANÚNCIO 2ª Publicação

Faz saber que, pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, correm termos uns autos de **Ação Especial de Suprimento de Consentimento n.º 09/2025-26**, em que é requerente Danilse Suelly Monteiro Pires e requerido **Júlio César Rocha Furtado Barros**, com última residência em Achada Fátima, é citado o requerido, para no prazo de **5 (cinco) dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias** a contar da última publicação do anúncio, contestar querendo, os presentes autos, em que a requerente acima referido lhe move, cujo o pedido **consiste em suprir o consentimento do requerido Júlio Cesar Rocha Furtado Barros, para efeitos de solicitação de visto, a favor da Menor Neusa Dailine Pires Rocha Furtado, levantamento do passaporte junto à Secção Consular da Embaixada de Portugal na Praia, Autorização de saída da Menor do país, que seja conferido á requerente poderes para praticar todos os atos necessários, incluindo assinatura de documentos relacionados com o processo de pedido de visto, viagem e estadia do Menor no estrangeiro**, cujo duplicado da petição inicial e documentos apresentado, se encontra depositado neste cartório para lhe ser entregue, caso solicitar, ficando advertido de que a falta da contestação, importa a confissão dos factos articulados pela requerente.

Faz saber ainda de que não é obrigatória a constituição de Advogado nestes autos, da possibilidade de requerer o benefício de assistência judiciária a este Juízo, sendo em requerimento autónomo juntamente com a contestação ou em relação a Ordem dos Advogados de Cabo Verde, solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da insuficiência económica, sendo no prazo máximo de DOIS DIAS, a contar da citação.

Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz, 15 de dezembro de 2025.

Juiz do Direito,

/Dr. Elisângelo Celestino Moreno Fernandes/

Ajudante de Escrivão

/Dulcelina Pereira Gomes Sanches/



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação
2º CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE 1ª CLASSE DA PRAIA
ACHADA SANTO ANTONIO - CP 404-A - PRAIA



Notária: Ana Teresa Ortet Lopes Afonso
EXTRATO

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Serie, que no dia **onze de Dezembro de dois mil e vinte e cinco**, no Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, perante a **Notaria Ana Teresa Ortet Lopes Afonso**, foi lavrada no Livro de Notas para Escrituras Diversas Número **Trezentos e quarenta e um /A**, de folhas **doze a treze** uma escritura de habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que no dia **catorze do mês de Julho do Ano de dois mil e vinte e cinco**, na Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, faleceu sem testamento ou qualquer outra disposição de última vontade **MARIA TAVARES VARELA MENDES**, no estado civil de viúva, natural que foi da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, com última residência habitual em Água de Gato, São Domingos;

Que lhe sucederam como únicos herdeiros, os seus filhos

- a) **JOSÉ MARIA LOPES MOREIRA**, viúvo, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente em Achada São Filipe, Praia;
- b) **CESALTINA VARELA MOREIRA**, viúva, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente em Agua de Gato, São Domingos;
- c) **FRANCISCA VARELA MOREIRA**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente em São Domingos;
- d) **MARIA DO CARMO VARELA LOPES MOREIRA**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente em Achada São Filipe, Praia;
- e) **RICARDINA VARELA LOPES MOREIRA**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente em Achada São Filipe, Praia;
- f) **AUGUSTO LOPES MOREIRA**, solteiro, maior, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente nos Estados Unidos da América;
- g) **LEONOR VARELA LOPES MOREIRA FREDERICO**, casada com Domingos Borges Frederico, no regime de Comunhão de Adquiridos, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente em São Domingos;
- h) **AUZENDA TAVARES LOPES MOREIRA**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente nos Estados Unidos da América
- i) **AUXILIA MARIA VARELA MOREIRA**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente em São Domingos;
- j) **OLIVIO VARELA LOPES MOREIRA**, solteiro, maior, natural da Freguesia de São Nicolau Tolentino, Concelho de São Domingos, residente nos Estados Unidos da América.

Mais se informa, que nos termos do número cinco do artigo 86- A e do artigo 87 do Código de Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação.

ESTÁ CONFORME

Segundo Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, no dia doze de Dezembro de dois mil e vinte e cinco.

CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total..... 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 2641/2025

A Notária
Ana Teresa Ortet Lopes Afonso
Ana Teresa Ortet Lopes Afonso



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira
EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezasseis de Dezembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 116F e 117F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarado uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **João José Silva da Costa**, falecido no dia sete de Março de mil novecentos e noventa e cinco, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Júlia Pereira Borges**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com sua última residência em Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Gualdino Borges Silva Costa**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Felisberta de Oliveira Tavares**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Felipe Borges da Costa e Silva**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Alexandra Lopes Tavares**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em Portugal, **Armando Borges da Costa Silva**, no estado de falecido e era casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Ferreira**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Portugal e **Martinho Borges da Costa Silva**, no estado de falecido e era casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Ildia Sanches Tavares**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Tarrafal.

No dia **dezoito de Junho de dois mil e doze**, em Monte Iria, faleceu a Senhora **Júlia Pereira Borges**, no estado de viúva natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos acima identificados.

No dia **vinte e quatro de Março de dois mil e vinte e um**, em Portugal, faleceu o Senhor **Armando Borges da Costa Silva**, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Ferreira**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Portugal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros, os seus filhos: **Benvindo Ferreira Costa Silva**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Eunice de Jesus Lopes Soares**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Anabela Ferreira Costa Silva**, divorciada, natural da freguesia de São Jorge de Arroios, concelho de Lisboa, residente em Portugal, **Natalina Ferreira Costa Silva**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Portugal.

No dia **oito de Junho de dois mil e catorze**, em Monte Iria, faleceu o Senhor **Martinho Borges da Costa Silva**, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria Ildia Sanches Tavares**, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Cláudia Sofia Sanches da Costa**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Monte Iria, **Ana Maria Sanches da Costa**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Monte Iria, **Katiline Sanches da Costa**, solteira, maior, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em Monte Iria.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do “**de cujus**”.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos dezassete dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos).

Registada sob o n.º 1074910/2025.

O NOTÁRIO P/S,

Daniel Lopes Ferreira
/ Daniel Lopes Ferreira /

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-Extrato-****Conservadora-Notária: Alícia Patrícia da Cruz da Luz**

Certifico narrativamente para efeitos de **primeira publicação**, nos termos do disposto no artigo 86º - A do Código do Notariado, que no dia 29 de dezembro de 2025, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número **quarenta e dois**, de folhas **31 a 31 verso**, uma escritura de habilitação de herdeiros, na qual foi declarado: **Primeira habilitação** - Que no dia dez de setembro de dois mil e dois, faleceu na freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, **Augusta Maria Andrade do Rosário**, natural da freguesia de Santo André, concelho do Porto Novo, no estado de casada com Martinho Francisco do Rosário, com última residência habitual na então Vila do Porto Novo. **Segunda habilitação** - Que no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e dez, faleceu na freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, **Joaquim Andrade do Rosário**, natural da freguesia de Santo André, concelho do Porto Novo, filho de Martinho Francisco do Rosário e Augusta Andrade do Rosário, no estado de solteiro, com última residência habitual na cidade do Porto Novo. **Terceira habilitação** - Que, no entanto, no dia dois de agosto de dois mil e dez, faleceu na freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, **Martinho Francisco do Rosário**, natural da freguesia de Santo André, concelho do Porto Novo, filho de Francisco João do Rosário e Hortência Maria Monteiro, no estado de viúvo, com última residência habitual na cidade do Porto Novo. Que os falecidos não fizeram testamentos ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixaram descendentes menores ou equiparados e sucederam-lhes: **segunda habilitação** - o pai Martinho Francisco do Rosário, pós falecido, **primeira e terceira habilitações, os seguintes filhos: Maria Augusta Andrade**, natural da freguesia de Santo André, concelho do Porto Novo, residente na cidade do Porto Novo, **Oswaldo do Rosário e Alcides Andrade do Rosário**, naturais da freguesia de São João Baptista, concelho do Porto Novo, residentes em Portugal, todos solteiros, maiores e os netos: **Edgar Alexandre Soares do Rosário**, solteiro, maior, natural de Portugal, de nacionalidade portuguesa, residente em Portugal, em representação de **António Martinho Andrade do Rosário**, falecido em Portugal em 07/07/2022, **José Delgado do Rosário, Evanilda Delgado do Rosário e Juceila Delgado do Rosário**, solteiros, maiores, naturais da freguesia de São João Baptista - concelho do Porto Novo, residentes na cidade do Porto Novo, em representação de **Domingos Martinho do Rosário**, falecido em 13/04/2017, na freguesia de Santo André - Porto Novo e **Oswaldina Andrade da Cruz**, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista - concelho do Porto Novo, residente na cidade do Porto Novo, em representação de Francisca Andrade do Rosário, falecida em 01/06/2020, na cidade do Porto Novo. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram aos herdeiros ou com eles possam concorrer na sucessão à herança dos falecidos. Mais se informa que nos termos do nº 5 do artigo 86-A e do artigo 87º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Porto Novo, 29 de dezembro de 2025.

Processo nº 1075080

Conta nº 202556373

Importa em mil e duzentos escudos

A Conservadora-Notária,

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira****EXTRACTO**

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira publicação**, nos termos do nº 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia vinte e três de Dezembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 126F e 127F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Domingos Lopes**, falecido em Achada Tomás, no dia vinte de Abril de dois mil e vinte e cinco, no estado de casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Justa Mendes Tavares**, natural que foi da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, com sua última residência em Achada Tomás - Tarrafal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **Elizabeth Tavares Lopes**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **José Paulo Pereira Tavares**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, residente em França, **Maria Mendes Lopes**, solteira, maior, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em Principal, **Alcides Lopes Tavares**, solteiro, maior, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente

em França, **Victor Tavares Lopes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em França e **Remígio Lopes Tavares**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Maria José Monteiro Semedo, natural da freguesia de São Miguel Arcanjo, concelho de São Miguel, residente em França.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do "de cujus". Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e quatro dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo..... 200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registrada sob o n.º 1074516/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira/

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**1º CARTÓRIO NOTARIAL DA PRAIA
NOTÁRIA: HELENY PATRICIA SILVA VARELA****EXTRATO**

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda publicação** nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia **12.12.2025**, a folhas **100** do livro de notas para Escrituras Diversas número **364**, deste Cartório Notarial, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Maria Gracinda Antonieta Fidalgo Ramos Évora**, nos termos seguintes:

1. Que no dia seis de outubro de dois mil e vinte e cinco, na freguesia de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, concelho de Almada, Portugal, faleceu Maria Gracinda Antonieta Fidalgo Ramos Évora, aos cinquenta e nove anos de idade, no estado civil de solteira, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho do Maio, e que teve a sua última residência habitual em Rua Zeca Afonso, nº 8, 5ºC, Santa Iria de Azoia, São João da Talha e Bobadela, Loures;

2. Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como

única herdeira, a sua filha **Tiffany Roseanne Évora Almeida Oliveira**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal. Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei nº 9/2010, de 29 de março. Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 12 de dezembro de 2025.

A notária,

/Heleny Patricia Silva Varela/

CONTA:1063398/2025

Art. 20.4.21000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total.....1.200\$00.

Importa o presente em mil e duzentos escudos.

NOTÁRIO P/S: FELISMINO MONTEIRO BENCHIMOL

EXTRATO

CERTIFICO, para efeito da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 1ª Série, que no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário P/S no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 20/A, a folhas 49 e verso, a seguinte habilitação:

Que têm pleno conhecimento do facto a seguir mencionado determinante da seguinte habilitação:

Que no dia **quatro** do mês de **setembro** do ano **dois mil e cinco**, faleceu em Massachusetts, Estados Unidos da América, sem testamento ou disposição de última vontade a **Sra. GUOMAR PIRES FERNANDES**, solteira, natural que foi de Nossa Senhora da Luz - São Vicente e com última residência em Massachusetts.

Que lhe sucedeu como seu único herdeiro, o filho legitimário:

JOSÉ ZITO FERNANDES MON-

TEIRO, que também usa o nome **José Fernandes Monteiro** maior, solteiro, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Luz, São Vicente, residente nos Estados Unidos da América.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram o mesmo herdeiro ou que com ele possa concorrer na sucessão.

Nos termos do número 5 do artigo 86ºA e 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e cinco.

O Notário, P/S
/ Felismino Monteiro Benchimol /

CONTA: 1072959/2025

Artº.20.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total.....1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)
www.governo.cv/govermodecaboverde
caboverde.gov

PRIMEIRO CARTÓRIO NOTARIAL DA PRAIA

NOTÁRIA: JOSELENE SAFIRA DO SOUTO ANDRADE GOMES

EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Segunda** publicação, nos termos do Artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 17.12.2025, a folhas 68 e 69 do livro de notas para escrituras diversas número 365 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de Carlos Alberto Lima Miranda**, nos termos seguintes:

1. Que no dia doze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Hospital Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu Carlos Alberto Lima Miranda, aos oitenta e cinco anos de idade, no estado civil de casado sob o regime de comunhão geral de bens com Lourdes de Fátima Sena de Carvalho Lima Miranda, natural que foi da Guiné Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana, filho de Fernando Lima Miranda e Maria Socorro Pina, que teve a sua última residência habitual em Terra Branca, Praia.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os seus filhos:

a) **Carla Cristina de Fátima Sena Carvalho Lima Miranda Spínola**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com Daniel Euricles Rodrigues Spínola, natural da Guiné Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Suíça;

b) **Nelson Jorge Sena Carvalho Lima Miranda**, solteiro, maior, natural de Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana. residente nos Países – Baixos;

c) **Lara Ingrid de Sena Carvalho Lima Miranda**, solteira, maior, natural da Guiné Bissau, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Portugal.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão do falecido.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência. nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei nº 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia. em 17 de dezembro de 2025.

CONTA:1067725/2025

Artigo 20º 4.2.....1.000\$00
Selo do Acto200\$00
Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.

do Souto Anho...
A Notária,
/ Joselene Safira do Souto Andrade Gomes /

Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lda. Joselene Safira do Souto Andrade Gomes NIF: 353331112

EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Primeira publicação**, que no dia vinte quatro de dezembro de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 98º do livro de notas número C/83, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **António Margarida Libânia**, falecido dia que no dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e um, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, onde teve a sua última residência habitual em Fonte Felipe, ilha de São Vicente, de setenta e oito anos, que foi natural da freguesia de São João Baptista, concelho e ilha de Boavista - Cabo Verde, no estado de solteiro, e lhe sucedeu como única herdeira legitimária, a sua filha **Zenaida Silva Libânia** solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente nesta cidade do Mindelo

-Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.o do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março. -Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 24 de dezembro de 2025.

Conta:202591113

Processo-1073925

Art. 20.4.2 1000\$00
Selo 200\$00
Total1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

O Notário
/ José Manuel Santos Fernandes /

1º Cartório Notarial de São Vicente, Voip-3104- Alto São Nicolau, Notário. Lic. José Manuel Santos Fernandes

NOTÁRIO P/S: Daniel Lopes Ferreira

EXTRACTO

Certifica narrativamente para efeitos de **primeira** publicação, nos termos do n.º 5 do artigo 86.º-A, do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, lavrada no dia dezanove de Dezembro de dois mil e vinte e cinco, de folhas 122F e 123F, no livro de notas para escrituras diversas número 01/C, deste Cartório, a cargo do Notário p/s, **Daniel Lopes Ferreira**, se encontra exarada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Ana Cabral Lopes**, falecida no dia vinte e um de Janeiro de dois mil e nove, no estado de casada, sob o regime de comunhão de adquiridos com **Belmiro Gomes**, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, com sua última residência em Portugal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos: **José Carlos Lopes Gomes**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Maria de Jesus Vicente Ortet**, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, residente em Portugal, **João Sacramento Lopes Gomes**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com **Dalila Belaidouni**, natural da freguesia de Santo Amaro Abade, Concelho do Tarrafal, residente em França, **Mário Jorge Lopes Gomes**, divorciado, natural da freguesia de São Jorge dos Arroios, concelho de Lisboa, residente em Portugal, **Cristina Maria Lopes Gomes**, casada sob o regime de comunhão de adquiridos com **Emanuel de Jesus Mendes da Veiga**, natural da freguesia de São Jorge dos Arroios,

concelho de Lisboa, residente em Portugal. No dia **doze de Novembro de dois mil e nove**, em Portugal, faleceu o Senhor **Belmiro Gomes**, no estado de viúvo, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, com última residência em Portugal, sem testamento e disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos e universais herdeiros os seus filhos acima identificados.

Não existem outras pessoas que segundo a lei possam concorrer à herança do **“de cujus”**.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Tarrafal de Santiago, aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e cinco.

Custas..... 1.000.00

Imp. de selo.....200.00

Total..... 1.200.00 (São mil e duzentos escudos)

Registada sob o n.º 1069620/2025.

O NOTÁRIO P/S,

/ Daniel Lopes Ferreira /

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial do Tarrafal de Santiago, Palácio da Justiça RC/ - Cidade do Tarrafal - Santiago, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 266 11 24/VOIP (333) 6617, (333) 6627, Email: Conservatoria, CartorioTS@gov.cv

www.governo.cv/govermodecaboverde □ caboverde.gov



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



1º Cartório Notarial da Praia
Notária: Helyny Patricia Silva Varela
EXTRATO

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos do artigo 86º-A. do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 23.12.2024, de folhas **42 a 43** do livro de notas para escrituras diversas número **366** do Primeiro Cartório Notarial, perante mim Notária, **Lic. Helyny Patricia Silva Varela**, foi exarada uma Escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Eugénio Reis Tavares**, nos termos seguintes:

1. Que no dia **dez de outubro de dois mil e vinte e cinco**, em Boston, Massachusetts, Estados Unidos, faleceu Eugénio Reis Tavares, aos setenta e sete anos de idade, no estado civil de casado com Iolanda Dos Santos Teixeira Tavares, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Santo Amaro Abade, concelho do Tarrafal, que teve a sua última residência em 111 Alexander Street, 1, Boston, Massachusetts 02125.

2. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os filhos:

2. a) **Rosy Elisabeth Dos Santos Tavares**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América.

b) **Neusa Claudine Dos Santos Tavares**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América

c) **Kátia Sofia Dos Santos Tavares**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América;

d) **Maria Albertina Dos Santos Tavares Semedo**, casada com Luis Miguel Tavares Semedo no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia;

e) **Edna Margarida Dos Santos Tavares Ferreira**, casada com Paulino Maria Do Rosário Ferreira no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achada Santo António, Praia.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referencia termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região De Primeira Classe da Praia, em 29.12.2025.

A Notária,

Helyny Patricia S. Varela

CONTA: 10755217/2025
Art. 20º 4.2..... 1000\$00
Selo do Acto 200\$00

Total1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



**CONSERVATÓRIA DOS REGISTOS E CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO
DE SEGUNDA CLASSE DE RIBEIRA GRANDE — SANTO ANTÃO**
EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 — 1ª Série, que no dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2.º Classe de Ribeira Grande — Santo Antão, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 83, de folhas 48 á 48 v a Justificação Notarial em que é justificante **João Gabriel Sousa dos Reis**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Concelho da Ribeira Grande, residente na Cidade da Ribeira Grande, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor de trato de terreno, situado em Chã de Galinha - Corda, medindo 59,99 m2, inscrito na matriz predial da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 2805/1, confrontando do Norte, com João Gabriel Sousa dos Reis; Sul com Silvestre João Costa Este, com Adilson Monteiro Costa Maocha e do Oeste com Estrada: O justificante alega na referida escritura que o referido prédio lhe veio a posse Sucessão Hereditária e por compra, feitos nos restantes Herdeiros de Inês Sousa, por documen-

to particular e nesse caso fez a inscrição na matriz camaria em seu nome próprio e não tendo título aquisitivo válido para efeitos de primeira inscrição no Registo Predial vem invocar a usucapião, como forma de aquisição, uma vez que, exerce uma posse pública, pacífica, continua e sem oposição de quem quer que seja.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande — Santo Antão, aos 30 dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e cinco.

Valor: 1.200\$00

Registado sob o nº 1075420/2025



Ministério da Saúde e
da Segurança Social

Direção Geral do Planeamento Orçamentário e Gestão

Ref. n.º 1229 DGPOG/MS/2025

Assunto: **Auto de abandono de Lugar**

Junta remetemos o auto de abandono de lugar do **Sr.º Euclides Jorge de Barros Andrade**, Apoio Operacional Nível III, pessoal contratado da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, colocado no Hospital Regional Dr. Santa Rita Vieira - Achada Falcão, Assomada, ilha de Santiago, solicitando e agradecendo os vossos bons ofícios no sentido de ser publicado no próximo número do vossos semanário.

Ciente da vossa habitual colaboração, aproveitamos a oportunidade para endereçar os nossos melhores cumprimentos. Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, Praia, 19 de dezembro de 2025.



VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m². Uso habitação Misto.



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

Covão Lourenço

VISTO
Verificador pelo pelouro
Urbanismo e obra

CONFIRMADO
Presidente da Câmara



Área de Parcela - 406,10 m²

OBS:

G.TÉCNICO
C.M.S.DOMINGOS

URB. APROVAMENTO
DESEN. DOTAÇÃO
ESC: 1/1000 Ocupação Temporária
DATA: 07/03/2013

PROP: Rui António Luis Lopes Umbelino

USO: Habitação Mista

Área Total: 406.10m²

Z	Q	L
HM	07	10

Nº de pisos: Cave. 0/0
Hóteis

Contacto: (+238) 999 52 69



TABELA DE PREÇOS*

Classificados

- Anúncios com logós a cores para mais facilmente identificar o anunciante.
- Anúncios judiciais cuidadosamente publicados para serem legíveis

IMPRESSO

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)	
		Empresa	Particular
1	25,9 x 31,5 cm	35.000,00	26.000,00
1/2	25,9 x 16,2 cm	18.500,00	14.000,00
3/8	12,9 x 23,5 cm	12.500,00	9.800,00
1/4	12,9 x 16,2 cm	9.500,00	7.800,00
1/8	12,9 x 7,8 cm	5.000,00	4.500,00

* Os preços incluem IVA

ONLINE

Comunicados e anúncios: condições especiais podem ser negociadas.

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 01 de Janeiro

ACHADA SÃO FILIPE
Achada São Filipe - T: 264 72 56

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SEXTA - 02 de Janeiro

UNIVERSAL
Palmarejo - T: 262 93 98

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

SÁBADO - 03 de Janeiro

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

HIGIENE

DOMINGO - 04 de Janeiro

MODERNA
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 27 19

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SEGUNDA - 05 de Janeiro

CENTRAL
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 11 67

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

TERÇA - 06 de Janeiro

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

QUARTA - 07 de Janeiro

AFRICANA
Plat. - Av. Amílcar Cabral - Tel: 261 59 55

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04